

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ERIBERTO NASCENTE SILVEIRA

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: novos princípios para o mercado em uma Reserva  
Extrativista

Porto Alegre

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ERIBERTO NASCENTE SILVEIRA

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: novos princípios para o mercado em uma Reserva  
Extrativista

Tese apresentada como requisito de conclusão  
do Curso de Doutorado em Educação da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Orientador Dr<sup>a</sup>. Isabel Carvalho

Porto Alegre  
2013

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S587e     Silveira, Eriberto Nascente  
            Educação e sustentabilidade: novos princípios para o  
            mercado em uma reserva extravista / Eriberto Nascente  
            Silveira. – Porto Alegre, 2013.  
            87 f.

            Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,  
            PUCRS.  
            Orientação: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Isabel Carvalho.

            1. Educação. 2. Sustentabilidade. 3. Economia. I. Carvalho,  
            Isabel. II. Título.

CDD 333.7

**Aline M. Debastiani**  
**Bibliotecária - CRB 10/2199**

ERIBERTO NASCENTE SILVEIRA

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: novos princípios para o mercado em uma Reserva  
Extrativista

Tese apresentada como requisito de conclusão  
do Curso de Doutorado em Educação da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Dr<sup>a</sup>. Isabel Cristina de Moura Carvalho (PPG Educação/PUCRS - Orientadora)

---

Dr<sup>a</sup>. Elisabeth Schmidt (PPG Educação Ambiental/FURG –Examinadora)

---

Dr<sup>o</sup>. Gustavo Moraes (PPG Economia/PUCRS - Examinador)

---

Dr<sup>o</sup>. Marcos Villela (PPG Educação/PUCRS - Examinador)

*À minha mãe e meu pai (in memoriam).*

## **AGRADECIMENTOS**

À Dra. Isabel Carvalho, especialmente pelo acolhimento da proposta de pesquisa, pela disponibilidade de tempo e pela generosidade na orientação.

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS.

Aos Professores do programa, que trouxeram, de modo particular, as contribuições para esta pesquisa.

Especial agradecimento ao Dr. Marcos Villela, que, desde o início, esteve presente nas etapas decisivas desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina e àqueles que conheci durante os quatro anos de aulas na PUCRS.

À minha família (mãe e irmãos) e aos meus amigos de todos os tempos.

## RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a relação entre o mercado, na forma como ele se apresenta na atualidade, e os novos princípios de consumo, partindo de um movimento conhecido como *Slow Food*. Esse estudo procede no sentido de mostrar como, nos dois casos, o mercado organizado pela lógica liberal capitalista e o mercado de produtos ecológicos, baseado em princípios sustentáveis, encontram-se numa estratégia de ação para a inserção e valorização de produtos em mercados locais. Deve-se considerar, aqui, no que diz respeito às estratégias de ação, que, embora o mercado liberal receba críticas da vertente político-econômica ecológica, ele também estrutura-se por meio do discurso da sustentabilidade, o que já se constituía como fato nos primeiros anos da década de 1970, consolidando-se a partir do Relatório *Meadows* e do termo “ecodesenvolvimento”. Assim, alguns conceitos-chave serão expostos para um melhor entendimento acerca do que propõe essa pesquisa. Um deles é o conceito de sustentabilidade, muito apregoado pela política econômica na atualidade. Veremos o quanto de ideológico há nesse conceito e, ao mesmo tempo, em uma linha de pensamento menos radical, como ele pode levar a soluções de problemas mais ou menos urgentes, ao se tratar especificamente de questões ambientais e reservas de recursos naturais. Contudo, fica o indício de que, mesmo assim, tal abordagem sustentável da economia recai sempre sobre os mais fracos e pobres com as imposições mais severas para eles. A partir disso, buscando um novo significado ao conceito sustentável, passar-se-á a mostrar como o movimento *Slow Food* atua e, assim, será defendido um mercado de produtos ecológicos diferenciado do mercado liberal, regulado e dito sustentável, que, muitas vezes, apenas é um *slogan*, uma vez que a cadeia de produção baseada em princípios sustentáveis não tem todas as suas etapas amparadas pelos mesmos princípios.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Economia, Educação, *Slow Food*.

## ABSTRACT

The research seeks to analyse the relationship between the market in the way it presents itself today and the new principles of consumption, from a movement known as *Slow Food*. This study proceeds in order to show how, in both cases, the market organized by liberal capitalist logic and the market for green products, based on sustainable principles, are in an action strategy for the insertion and recovery of products in local markets. It must be considered, in relation to action strategies that, although the market receives criticism from liberal political-economic and ecological aspect, it also structured through the discourse of sustainability, which is already constituted as a fact in the early years of the 1970s, establishing itself from the Meadows Report and the term "eco-development". Thus, some key concepts will be exposed to a better understanding of what this research suggests. One is the concept of sustainability, much touted by economic policy today. It will be seen how much there is in this ideological concept and at the same time, in a less radical line of thinking, as it can lead to solutions more or less urgent problems, specifically when dealing with environmental issues and natural resource. However, it is an indication that, even so, such a sustainable approach of the economy always rests with the weakest and poorest and with the most severe charges for them. From this, seeking a new meaning to the concept sustainable will show how the *Slow Food* movement acts and at this way will be defended a market for green products different from the liberal, regulated and sustainable market, that most of the times it is just a slogan, since the chain of production based on sustainable principles has all its steps supported by the same principles.

**Keywords:** Sustainability, Economics, Education, Slow Food.

## Lista de Ilustrações

Imagem 1 - Área do entorno da RESEX – ranchos de pesca e o bairro da Costeira do Pirajubaé ao fundo. ....	41
Imagem 2 - Vista da área marinha da RESEX - extrativistas voltando da extração do Berbigão. . ....	43
Imagem 3 - Vista do interior do Rio Tavares. ....	46
Imagem 4 - Berbigão sendo descascado. ....	51
Imagem 5 - Casas autuadas em ocupação irregular dentro da RESEX – imediações do Trevo do Rio Tavares. ....	54
Imagem 6 - Foto de mulheres trabalhando no descasque do berbigão. ....	60
Imagem 7 - Expansão de aterro na área de transição de manguezal, no entorno da RESEX – Jardim Santos Dumont, bairro Carianos. ....	61
Imagem 8 - Ocupação irregular e lixo no manguezal na desembocadura do Rio Tavares, área situada no entorno imediato da RESEX. ....	66
Imagem 9 - Extrativistas de berbigão, que residem em área ocupada embaixo da ponte do Rio Tavares. ....	67

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. ECONOMIA DE MERCADO E SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>17</b>
2.1 ECONOMIA DE MERCADO: DE CRESCIMENTO A DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	17
2.2 A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A ECONOMIA .....	22
<b>3. PRODUTOS ECOLÓGICOS E CONSUMO .....</b>	<b>27</b>
3.1 MERCADO ECOLÓGICO E EDUCAÇÃO .....	33
<b>4. NOVOS PRINCÍPIOS PARA O MERCADO .....</b>	<b>38</b>
4.1 O MOVIMENTO SLOW FOOD E SUAS REFERÊNCIAS .....	38
4.1.1 A RESEX Marinha do Pirajubaé .....	40
4.1.2 Os planos Slow para a Comunidade de Pirajubaé .....	49
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo discutir a dimensão educativa implicada nas mudanças relacionadas com a produção e com o consumo de alimentos ecologicamente orientados em um sentido particular, bem como com a constituição de um mercado ecológico de modo geral. Para tanto, este trabalho parte da exposição de alguns aspectos do modelo econômico vigente, baseado no modelo de mercado liberal, para compreender as propostas ecológicas, que apontam em outras direções e problematizam os modos aos quais estas mudanças estão associadas, em função de que estas se relacionam a modos de ensinar e de assim formar um novo consumidor, neste caso, um consumidor ecologicamente orientado.

Conhecer os processos de transformações pelos quais temos passado desde o relatório de Brundtland até Rio+20, tanto no sentido social, quanto político, não significa ter que pontuar os aspectos mais relevantes de cada um dos eventos de caráter ambiental. No caso desta pesquisa, tendo em vista o que se propõe, a Rio+20 suscita maiores considerações por conter a síntese das propostas de políticas ambientais, principalmente aquelas de comprometimento com a redução de emissões de gases de efeito estufa. Outros aspectos mais próximos a esta pesquisa são os compromissos com uma “maior prosperidade, menor pobreza e menor comprometimento do meio ambiente nos processos de produção numa economia que possa, nesse sentido, ser cada vez mais verde” (VOGT, 2012, p.03-04). Isto está diretamente relacionado com os processos de constituição da RESEX Costeira do Pirajubaé.

No estudo feito da constituição da RESEX, a partir de documentos e acompanhamentos das reuniões com os extrativistas moradores da comunidade Costeira do Pirajubaé, encontram-se os elementos indicativos de princípios de uma economia ecológica em seu processo inicial, bem como alguns princípios educativos formadores de um novo consumidor, ou seja, de um indivíduo preocupado com as questões ambientais. Neste aspecto, temos algumas contribuições para os estudos ambientais, uma vez que vivemos sob os princípios de uma sociedade do consumo, portanto, temos, nesse dado, um possível vetor de mudança social.

Assim como a Rio 92 tentou tratar da “convergência de processos críticos, o ambiental, o social e o econômico” (DOWBOR, 2012), esses mesmos processos aparecem no plano micro, pois para uma comunidade como a de Pirajubaé, todos esses processos tornam-se mais agudos ainda por dependerem, muitas vezes, de resoluções advindas do plano macroeconômico. Como segue Ladislau Dowbor (2012):

E o denominador comum dos três processos é o problema da governança de gestão da sociedade no sentido amplo. Sabemos administrar unidades, uma empresa, uma repartição pública, uma organização da sociedade civil. Estamos apenas aprendendo a articular o conjunto para o bem comum, e isto, gostemos ou não, é política. Enfrentamos problemas globais quando as estruturas políticas realmente existentes estão fragmentadas em 194 estados-nação. Ao tripé que aparentemente recolhe um razoável consenso – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – precisamos, portanto, hoje acrescentar o pilar da governança, os desagradáveis assuntos políticos, saber quem tomará as decisões, de onde virá o financiamento, como será realizado o seguimento e o controle.

Dessa forma, deve-se reconhecer que algumas causas dos entraves para o desenvolvimento socioambiental são as mesmas que a Rio+20 teve: “desafio mais espinhoso de enfrentar o dilema da governança, da criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer” (DOWBOR, 2012). Neste sentido, o documento base aprovado na Rio+20 *The Future We Want*, (O Futuro que Queremos), além de tratar dos riscos ambientais, trata também da erradicação da pobreza, só não definindo a partir do que ou de quem esse processo deve ocorrer. De qualquer modo, atinge questões de governança, que refletem diretamente no desenvolvimento sustentável de comunidades inseridas em uma sociedade de mercado liberal.

Assim, esta pesquisa também trata dos desafios de se empregar princípios de uma economia “verde” em contextos adversos, haja vista o caso da Rio+20, por exemplo, onde não se definiu um centro de poder articulador entre os países signatários, para a tomada de decisões e início das ações.

Em face desse contexto de desenvolvimento e de uma dinâmica tentativa de viabilizar ações, consolida-se a categoria mercado da qual vem todo o interesse para desenvolvimento desta pesquisa. Em primeiro lugar, observa-se que a análise da sociedade atual insere-se, dentre outras opções, na discussão acerca dos processos coercitivos do mercado, que ignoram o pleno desenvolvimento do bem-estar humano em prol da saúde político-econômica de um Estado. E, em segundo, atenta-se para o fato de que a educação torna-se uma das categorias de análise por estar entre aquelas que sofrem com as políticas voltadas para a dita “recuperação econômica”. Em uma situação de enfrentamentos e debates acerca do que é melhor para o planeta, não se pode excluir processos culturais como o educacional, seja formal ou não.

Na primeira parte, será apresentada a economia ecológica a partir de suas críticas ao mercado liberal. Essas críticas esboçam a defesa de alterações estruturais na forma de como a sociedade capitalista explora, produz e consome para alcançar o que seria um suposto mercado ecologicamente orientado.

A hipótese desta pesquisa é de que certas mudanças no comportamento do mercado fazem parte de um processo maior, o qual será chamado de ambientalização da sociedade. Este processo permite que as questões ambientais passem a ser internalizadas pelos atores sociais em suas práticas e em certos conflitos sociais, tradicionais<sup>1</sup>, ou mesmo em conflitos ambientais. Em outras palavras, ocorre uma internalização pelos indivíduos de princípios ambientais, que acabam generalizando-se ou, pelo menos, disputando certa capacidade de generalizar-se para um segmento maior da sociedade.

Nesse sentido, a internalização desses princípios ambientais está relacionada, entre outros aspectos, ao caráter educativo e formador de uma cultura ambiental que exerce influência na sociedade por meio da ação de grupos e movimentos sociais. Assim, o tema da ecologia passa a ter relação com diferentes gerações, visto que convivemos diariamente em contato com meios de informação que tratam desses conteúdos.

Por ter um caráter educativo, a ambientalização supõe uma resignificação (KITZMANN & ASMUS, 2012) do que está difundido, sendo, no caso desta pesquisa, essa resignificação possibilitada pelos movimentos e instituições que arbitram sobre as questões ambientais, formando um jogo dialético. Conforme Kitzmann e Amus (2012),

Por seu caráter sistêmico, tal ambientalização não está restrita a mudanças nos conteúdos, metodologias, materiais e atividades, mas abrange também a *estrutura organizacional*, prevendo, em termos didático-pedagógicos, a *capacitação ambiental* dos docentes e a avaliação do processo educativo e dos seus resultados. Além disso, prevê que devem ocorrer mudanças *institucionais* (como a adequação da infraestrutura e de normas de funcionamento) (KITZMANN & ASMUS, 2012, p. 279).

Diante disso, o movimento *Slow Food* e as instituições governamentais, tanto pelo ideário ecológico do primeiro, quanto pela capacidade de elaboração de projetos socioambientais do segundo, contém alguns elementos de caráter formador, permeando todos os que estão envolvidos com a Reserva Marinha Costeira do Pirajubaé.

Para Kitzmann e Asmus (2012, p. 281), ao analisar a questão da ambientalização como resignificação dos conteúdos, o aspecto atitudinal dos conteúdos merece destaque por envolver:

a abordagem de valores, normas e atitudes, permeando todo o conhecimento escolar, sendo de natureza complexa, pouco explorada pedagogicamente e demandando ‘uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejados

---

<sup>1</sup> Entendem-se por conflitos sociais tradicionais todos os conflitos que não tematizam em sua pauta de luta explicitamente as causas ambientais.

sejam expressos nos relacionamentos entre as pessoas e na escolha dos assuntos a serem tratados' (MEC/SEF, 1997, p.53).

Nesse sentido, a internalização de princípios ambientais passa pela coerência entre o que é aprendido e o que é apreendido pelo sujeito durante sua formação. Isto é, essa internalização é mensurada com base no que é aprendido e elaborado conceitualmente e no que é transformado em cultura.

Assim, esta pesquisa aponta para a importância das instituições governamentais e do movimento *Slow Food*, analisados na efetivação da mudança dos hábitos de consumo. Dessas instituições provêm os conteúdos (informações, leis, projetos, metas, objetivos, etc.) que são meios para a “incorporação dos conceitos nas atitudes” (KITZMANN & ASMUS, 2012).

Para efetivar a análise do estudo, adiantamos, nesta proposta de pesquisa, uma discussão do conceito de *desenvolvimento sustentável*, bem como do que mais recentemente tem sido chamado de economia verde e seus usos. Sabe-se o quanto esses conceitos se confundem dependendo do viés tomado, se econômico ou se ecológico. Aqui, a discussão torna-se importante na demarcação conceitual da passagem de uma economia liberal para uma economia ecológica.

Algumas das ideias principais que estarão presentes no decorrer deste trabalho serão estudadas em autores específicos, com o objetivo de se pensar o mercado enquanto categoria de análise. Dar-se-á enfoque para o consumo como elemento imprescindível do mercado. Segue disso um estudo a partir de algumas teorias econômicas, considerando-se as alternativas criadas neste campo do conhecimento nas últimas décadas e influenciadas pelas transformações de ordem ambiental.

Nas seções seguintes, será considerada para discussão a alimentação ecologicamente orientada e as práticas educativas dos movimentos ecológicos, bem como de segmentos da população envolvidos na promoção de alimentos e alimentação ecologicamente orientados, observando as relações destas práticas com a constituição de um *mercado de produtos ecológicos*. Para isso, o desenvolvimento da pesquisa de campo abrirá outras possibilidades para análise, como será visto a seguir.

Desta forma, a comunidade Costeira do Pirajubaé, localizada em Florianópolis, suscitou interesse como campo de pesquisa por se tratar de uma RESEX relativamente nova em sua fundação. Esse interesse consolidou-se tanto em função do produto característico da região, o berbigão, pequeno molusco extraído e usado como alimento, quanto das necessidades de sua criação após o embargo das atividades de cultivo, extração e pesca, por causa da construção de um túnel de acesso para a Baía Sul da cidade.

As necessidades ali encontradas atingem simultaneamente produtores, intermediadores, comerciantes e consumidores, sendo cada um deles o elemento de um mercado que, dependendo de como o trabalho em torno do produto principal é orientado, indica um viés sustentável, sendo assim um dos objetos da pesquisa.

Decorre, assim, desse campo de pesquisa o interesse recente do movimento *Slow Food* pelo alimento ali cultivado. O berbigão, conhecido como *vôngole* na Itália, tornou-se matéria de revista da entidade e faz parte do elenco de alimentos orientados ecologicamente apresentados pelo movimento.

O *Slow Food* surge na Itália e, atualmente, faz-se presente em várias partes do mundo como um disseminador de ideias e práticas alimentares ecológicas de grande repercussão dentre os pequenos produtores de alimentos. Nesse sentido, optou-se pela análise das convergências entre estes dois campos. No *Slow*, buscar-se-á identificar concepções e práticas sobre o alimento e a educação ambiental acionadas no próprio movimento, analisando as experiências desta entidade do ponto de vista de seu ideário ecológico, bem como o modo como se relaciona com a cadeia produtiva do alimento e de sua comercialização. Um dos objetivos que permeiam o estudo deste caso é mapear as principais atividades e discutir as consequências, bem como o alcance do desenvolvimento de um mercado baseado em produtos ecológicos e práticas educativas ambientais, cuja intencionalidade é a incorporação de práticas ecologicamente orientadas na sociedade, produzindo processos de aprendizagem social e cultural sobre indivíduos e instituições.

De certa forma, alinhada às práticas do movimento *Slow* e ao princípio de sustentabilidade está a comunidade da Costeira do Pirajubaé, sendo uma das poucas que restam a trabalhar com a extração do berbigão.

Metodologicamente, a investigação deu-se por meio de observação do pesquisador através da sua presença direta e continuada na visita ao campo e acompanhamento de atividades rotineiras, como de reuniões entre comunidade e técnicos do IBAMA e outros pesquisadores. Os aspectos identificados, na observação, foram aprofundados através de entrevistas abertas com os principais atores envolvidos diretamente com o campo da pesquisa. Para tanto, foi realizada análise documental, visando levantar o campo discursivo produzido pelas pesquisas e estudos anteriores. Neste sentido, foram levantados e analisados artigos e pesquisas sobre o *Slow Food* e sobre a RESEX Costeira do Pirajubaé, bem como os documentos elaborados pelo movimento *Slow* e pela RESEX através dos técnicos do IBAMA. Na análise das entrevistas e documentos, buscaram-se aplicar os recursos de compreensão e

interpretação trazidos pelo olhar antropológico e pela sensibilidade etnográfica que se pretendeu assumir nos campos realizados.

Para uma compreensão mais global do contexto de desenvolvimento da pesquisa, foi apresentado o projeto de pesquisa para os técnicos do IBAMA, responsáveis pela RESEX. Após isso, foi feita uma apresentação e exposição oral do projeto de pesquisa aos integrantes da Comunidade Costeira do Pirajubaé. Com o objetivo de formalizar essa ação, foi encaminhada uma cópia do projeto ao chefe da reserva, em exercício na época, e outra cópia ao líder da Comunidade Costeira do Pirajubaé, com o objetivo também de, posteriormente, proceder às entrevistas. Para fins de preservar a identidade dos entrevistados, todos tiveram seus nomes alterados.

## 2. ECONOMIA DE MERCADO E SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, abordar-se-ão as críticas feitas pela economia ambiental às ideias clássicas presentes no sistema econômico vigente na maioria das nações ocidentais em sua modalidade principal - o mercado liberal.

Após isso, pretende-se discutir as novas preferências de consumo, introduzidas pelas questões lançadas nas últimas três décadas, principalmente, acerca das formas de exploração ao meio ambiente, o que envolve questões como mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e outras variáveis que venham a afetar o ecossistema.

Apresentar-se-ão alguns conceitos que poderiam ser atribuídos ao sentido de desenvolvimento sustentável em uma transformação de hábitos não só de preferências de consumo, mas de ofertas de produtos decorrentes de mudanças desde a manufatura até a sua comercialização de ordem *ecologicamente corretos*. Portanto, é importante questionar até que ponto as estruturas político-econômicas vigentes podem suportar determinadas posturas primeiramente demonstradas pelo mercado em relação às preferências de consumo na sociedade.

### 2.1 ECONOMIA DE MERCADO: DE CRESCIMENTO A DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As economias atuais passam por um dilema: como manter o crescimento e o desenvolvimento econômico de forma sustentável?<sup>2</sup> Em função do cunho quantitativo, o crescimento econômico inviabiliza em um primeiro plano (o da exploração dos recursos

---

<sup>2</sup> É importante diferenciar este conceito em seu uso pela economia neoclássica e pela economia ecológica. A sustentabilidade aparece pela primeira vez na versão da *Estratégia Mundial para Conservação (1980)* como “(...) una característica de un proceso o estado, que puede mantenerse indefinidamente” (HAUWERMEIREN, 1998, p.97). É tomada a partir dessa noção para compor o que o *Relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987)* chamou de *Desenvolvimento Sustentável*, definido como “(...) El desarrollo que satisface las necesidades del presente, sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras, de satisfacer sus propias necesidades”.(HAUWERMEIREN, 1998, p. 98). Contudo, falar em desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade confunde-se muito com crescimento econômico sustentável. É essa noção mais comum. A diferença está justamente na equação crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade. Para a economia ecológica, o crescimento está fora de questão, uma vez que são a capacidade de sustentação do ecossistema global e a distribuição equitativa (HAUWERMEIREN, 1998, p.98) os determinantes da política econômica de um Estado, e não o crescimento, mesmo que baseado em um processo de sustentabilidade dos recursos naturais para transformação em produtos de consumo. Basicamente, o que Hauwermeiren (1998) alerta é para a existência de um modelo de desenvolvimento sustentável onde prevalece o estatuto de favorecimento da economia ao crescimento e não à equidade de distribuição tanto dos benefícios, quanto dos custos meio-ambientais entre a população de um mesmo país como entre países (equidade intrageracional), prevalecendo a equidade de distribuição tanto dos benefícios, quanto dos custos meio-ambientais também entre gerações presentes e futuras (equidade intergeracional).

naturais) qualquer possibilidade de seu ajuste a uma sustentabilidade ambiental; por outro lado, o desenvolvimento econômico - de cunho qualitativo - por referir-se às transformações das condições de vida tanto no âmbito material, quanto no âmbito cultural (bem-estar social) dos indivíduos, por estar intimamente ligado ao fator de crescimento, corre o risco de sucumbir perante qualquer alternativa aparentemente viável a essa sustentabilidade (HAUWERMEIREN, 1998). De qualquer forma, a política e a economia interessam-se cada vez mais pelo conceito de desenvolvimento sustentável, o que se verifica em função dos fatos demonstrados de aumento da escassez de recursos naturais, principalmente dos não renováveis, ou mesmo dos renováveis, que, conforme o nível de consumo de uma sociedade, ou por alterações do ecossistema, podem esgotar-se (HAUWERMEIREN, 1998).

Em relação a isso, a economia, baseada no mercado de fluxo de produtos, tendo como um de seus interesses básicos o modo de interação dos indivíduos em relação às suas preferências de consumo, em suas buscas de satisfação (FREEMAN, in JAMIESON, 2003), incide sobre a questão do meio ambiente com poucas alterações em sua lógica estruturante da sociedade<sup>3</sup>.

Isso recai nos procedimentos do próprio uso do meio ambiente e as consequências desse uso. A partir disso, precisamos avançar no que até hoje se tratou de forma polarizada. Uma saída é pensar na indissociabilidade entre sociedade e meio ambiente e nas consequências que afetam a todos.

Vale salientar com Acselrad (2004) *que não é possível separar sociedade e seu meio ambiente*, pois as necessidades dos grandes centros urbanos estão diretamente relacionadas ao campo e às áreas verdes de preservação. Por isso, Acselrad (2004) chama a atenção para os conflitos ambientais que neste século acabam gerando disputas pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais. O autor cita a “guerra pela água”, envolvendo as comunidades camponesas em duas cidades bolivianas, no ano de 2000; as rebeliões antiprivatistas no Peru, em 2002; e a insurreição indígena que se deu principalmente pela contestação dos acordos de exploração de gás, na Bolívia, no ano de 2003.

Para tanto, tal polaridade, como demonstrada acima, deixa, a cargo do Estado, muito mais do que ele pode encarregar-se de controlar e manter no que diz respeito ao bem-estar social. Lembremos que o dinamismo da sociedade complexa, puxado pelos avanços tecnológicos, impõe ao Estado uma tarefa difícil de recuperação, em termos tecnológicos de controle, para acompanhar essas transformações. Da mesma forma, não se pode incorrer no

---

<sup>3</sup> Como aponta Hauwermeiren (1998, p. 101), as variáveis são sempre reduzidas como “(...) la producción o producto total de una economía, el empleo, la inversión, el consumo, el nivel global de precios, etc.”

risco de deixar grandes reservas naturais sob o controle de corporações que visam ao lucro. Conflitos entre interesses privados necessitam de mediação e sempre se resolvem favorecendo o lado com maior poder financeiro.

Considerando os prós e contras dessa polaridade e concordando que a via da sociedade civil organizada pode contribuir na dissolução de conflitos, fica difícil, mesmo assim, a qualquer organização civil impor-se num sistema de mercado regulado ou não, uma vez que tais recursos são alvos das grandes corporações, que disputam com o Estado, a partir a garantia de controle do uso e qualidade na distribuição desses recursos.

Nesse sentido, sobre o mercado, na concepção liberal de que este se constitui na melhor forma de distribuição de direitos de propriedade de fatores de produtos ou de bem-estar econômico, alerta Freeman (2003, p.290) que não representa ser mais eficiente “na atribuição dos recursos do ambiente<sup>4</sup> aos seus usos de maior valor”. Por exemplo, as *externalidades* levam os economistas a considerar a insuficiência do mercado. Elas ocorrem por consequência de determinados serviços, que escapam da previsão em contratos e, desta forma, não são atribuídos às empresas responsáveis; assim, passam a ocasionar um mau uso dos recursos naturais. Dessa maneira, atribuindo a este caso a poluição decorrente de determinado serviço prestado por alguma empresa, a ação a ser tomada para destinar os dejetos, por exemplo, pode tornar-se o objeto da discussão sobre quem fica com a responsabilidade de tal prejuízo. Certamente, tais externalidades são alguns dos aspectos que escapam num contrato de responsabilização sobre quem deve arcar com o prejuízo. O fato importante é que isso demonstra uma complexidade maior ao se tentar regular o mercado para enfrentar tais constrangimentos.

Em alguns casos, ocorre a ação de órgãos internacionais, como o Banco Mundial. É importante ver com Acelrad (2004) o processo de especialização “globalista” que visa transformar os conflitos políticos, em torno do ambiente, em conflitos causados por falta de instituições técnicas que possam trazer soluções a partir de capacitações, formando “comunidades de aprendizados”. Isto demonstra o quanto a ação planejada por agentes internacionais também pode ser considerada para resolução de conflitos em territórios nacionais. A partir disso, é possível verificar a complexidade da regulação do uso dos recursos ambientais.

Algumas alternativas surgem, conforme Freeman (In JAMIESON, 2003), de economistas que sugerem tornar direito de propriedade a execução de serviços relacionados à

---

<sup>4</sup> Freeman (2003, p.289) passa a considerar o ambiente como um recurso com valor econômico, que leva a compreender o papel das insuficiências do mercado na análise econômica do ambiente.

poluição, o que consiste em criar mercados para isso. Outros apontam a intervenção governamental. Nesses dois casos, o que se estabelece é a discussão sobre como fica a questão ambiental em um paradigma de mercado neoclássico. Como efeito disso, mantém-se a polaridade sobre quem deve deter a responsabilidade sobre o uso e a preservação dos recursos naturais.

A partir da análise de custos/benefício<sup>5</sup>, Freeman (In JAMIESON, 2003) ainda questiona a viabilidade de se optar por projetos de incentivos para controle e/ou proteção contra a poluição baseado em taxas sobre os prejuízos causados ao meio ambiente. Na prática, esta análise de custo-benefício dá uma margem monetária quando determinado investimento, para controle ou redução da poluição, gera mais ganhos. Isso pode implicar, segundo os economistas, uma política compensatória àqueles que mais perdem com os danos causados ao meio ambiente. Por se tratar de um “critério de compensação potencial” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p.291), não significa que tais compensações sejam pagas.

Se a sociedade decide que a compensação deve ser sempre paga, então as políticas que passam no teste de benefícios/custos não deverão encontrar oposição, dado que não haverá perdedores como resultado dessas políticas (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p.291).

Freeman (In JAMIESON, 2003) busca confirmar se esta análise pode ser utilizada para comensurar as alterações ambientais. Considerando três categorias de valores<sup>6</sup> e dois métodos para estimar estes valores, a teoria da medição do bem-estar para alterações do ambiente pode responder à questão da eficácia em se estimular o investimento do indivíduo na melhoria de qualidade de vida, reduzindo determinados bens de consumo que podem ser comprados pelo mesmo valor.

Entretanto, tais métodos - um baseado nas escolhas dos indivíduos, conhecido como *método de preferência revelada*, e outro baseado em dados extraídos de respostas a questões hipotéticas feitas às pessoas, por isso métodos hipotéticos, fornecem dados, que de fato

---

<sup>5</sup> Esta análise de custo-benefício (ABC) “(...) é um conjunto de ferramentas de análises desenhadas para medir a contribuição líquida de uma política pública para o bem-estar econômico dos membros da sociedade. Procura determinar se a soma dos ganhos que cabem aos que ficam em melhor situação é maior do que a soma das perdas dos que ficam em pior situação pela aplicação dessa política.” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p. 291).

<sup>6</sup> Estes valores são classificados como: “valor de uso direto, valor de uso indireto e valor de não-uso ou de existência.” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p.293). Consistem no seguinte: “(...) de uso direto incluem o valor da melhoria da saúde associado com uma poluição do ar reduzida e o valor de maiores oportunidades lúdicas. (...) de uso indireto refere-se ao valor de funções do ecossistema como a fotossíntese e reciclagem de nutrientes que não são diretamente usadas pelas pessoas mas que suportam indiretamente o bem-estar econômico. (...) de existência originam-se na satisfação que as pessoas podem derivar de saber que um ecossistema ou uma espécie está preservada, ainda que nunca os venham a usar.” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p.293).

respondem a partir da ideia de que há uma correspondência entre “o bem ambiental e os bens e serviços postos no mercado ou na identificação de um preço implícito ou custo de oportunidade que restringem as escolhas” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003,p.293). Isto quer dizer que tais métodos revelam, através das preferências de consumo, os custos embutidos. Um exemplo do método de preferência revelada pode ser observado em um mercado de habitação, que tem seu valor acrescido por estar em área mais limpa (id.). De outro modo, Freeman alerta também sobre o método hipotético, ao considerar, através de determinadas respostas das pessoas, o valor econômico dado às alterações ambientais, ou seja, “Quanto estaria disposto a pagar?” por uma determinada alteração ambiental?” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003,p.293).

Todo esse processo de busca de alternativas para amenizar as insuficiências do mercado, principalmente, em promover serviços, que sejam capazes de minimizar as alterações ambientais, introduz, além da definição sobre quem investirá nesses serviços, também, a quem caberão os descontos dos custos e benefícios a partir desses investimentos. Para Freeman (FREEMAN, in JAMIESON, 2003), esses descontos de caráter geracional refletem, de certa forma, o problema da “compensação no contexto da redistribuição de recurso intergeracional” (id., p.296).

Um dos cálculos de desconto pode recair sobre o valor necessário hoje para compensar as gerações futuras pelos prejuízos causados por investimentos que propiciem grandes benefícios no presente. Isso seria uma compensação potencial, visto que tal taxa de desconto seria baseada em recursos de cada indivíduo da geração presente. Esta compensação potencial também suscita a possibilidade da não utilização de uma taxa de desconto, a não ser entre indivíduos da mesma geração, pois do contrário, as decisões sobre as formas de compensação ficariam sempre a critério do presente. Outro cálculo levaria em consideração um crescimento econômico continuado e, assim, a taxa de desconto poderia oscilar entre negativa, nula ou positiva, de acordo com as condições futuras.

Contudo, em se tratando das alternativas propostas pela economia neoclássica, acerca dos atuais dilemas econômicos e políticos, bem como a sua preocupação principal, que recai sobre a reconfiguração de um sistema de mercado viável ao controle e proteção do meio ambiente e sua efetivação, vê-se, nos termos demonstrados por Freeman, que é insatisfatório, conduzindo, em primeira instância, aos modos de aprimoramento do mercado, sob uma regulação estatal, quer seja direta, isto é, intervindo na sociedade por meio de leis, quer de forma indireta, através de incentivos por meio de taxas que seriam cobradas ou não de acordo com a eficiência dos serviços de proteção ambiental prestados pelas empresas.

Essas condutas de mercado em nada consideram as práticas de consumo alternativo estimuladas pelo slogan ecológico a não ser como valor de troca. Como observamos, deixa um rastro de insuficiências e não compreende o que realmente está por traz de uma economia ecológica: no caso, o processo de ampliação da matéria sociopolítica à questão ambiental. Diante disso, não é possível, por meio de uma economia de mercado modulada pelo consumo, contemplar todos os aspectos que envolvem uma real transferência de valor de uso.

## 2.2 A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E A ECONOMIA

O conceito de sustentabilidade ambiental, como Hauwermeiren (1998) analisou, apresenta-se de duas formas na sociedade, como regulação<sup>7</sup> do mercado, isto é, impondo limites à produção que supera a capacidade e o tempo de regeneração dos bens naturais e, ao mesmo tempo, de modo negativo, parecendo conter um elemento disciplinador para os países cujas suas economias não se ajustam à forma do mercado de consumo de produtos com o *slogan* ecológico. Esse processo altera o circuito de bens de consumo com a supressão de alguns produtos, sacrificando a própria economia desses países, até que se acomodem no sistema. Isto marca uma diferença bem grande com um mercado de produtos ecológicos sem necessariamente ser vendido com esse *slogan*. Não é sem sentido o uso contínuo desse conceito no discurso econômico e político. Para Acselrad (2004), a sustentabilidade trata-se de uma construção discursiva que coloca em debate alguns princípios que orientam a reprodução da base material da sociedade e que acaba valendo como definidor do que é legítimo e o que não o é em relação a essa base material.

Em função do tipo de definição que prevaleça e se estabeleça como hegemônica, as práticas sociais serão divididas em mais ou menos sustentáveis, entre sustentáveis e insustentáveis; portanto, serão legitimadas ou deslegitimadas, retirando-se e atribuindo-se respectivamente legitimidade a essas diferentes formas de apropriação (ACSELRAD, 2004, p. 2).

A sustentabilidade, como discurso político, busca criar um consenso acerca do que pode ser feito em relação ao modo de atuação da economia, na qual justamente diluem-se as diferenças na apropriação dos bens de consumo, tanto em sua produção, quanto em seu consumo. O modelo de regulação do mercado de consumo passa a ser fundado, então, pelas

---

<sup>7</sup> Alain Lipietz, conforme Acselrad (2004), entende regulação “como conjunto de normas, incorporadas ou explícitas, de instituições, mecanismos de compensação e dispositivos de informação (tais como normas de formação de salários, modalidades de concorrências entre as empresas e mecanismos de criação de moeda e crédito), que ajustam permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica de conjunto de regime de acumulação.”

alternativas ecológicas que eclodem em meio às crises socioambientais marcadas pelos conflitos de cunho ambiental. Acselrad situa bem essa questão ao falar da sustentabilidade nas cidades:

Ora tecnifica-se o debate, tentando enquadrar a sustentabilidade nos propósitos de obtenção de cidades compactas, econômicas em espaço, matéria e energia, ora propugna-se o consenso como pré-condição para a construção de cidades duráveis, abdicando-se, conseqüentemente, de considerar as cidades enquanto espaço por excelência do debate público e da construção de mundos diversos e compartilhados. Neste quadro, a “sustentabilidade urbana” tende a se reduzir a um artifício discursivo para dar às cidades um atributo a mais para atrair capitais através da dinâmica – via de regra predatória – da competição interurbana (ACSELRAD, 2004, p.36).

De outro modo, a noção de sustentabilidade pode ser usada para análise crítica aos indicadores econômicos que partem de uma perspectiva neoclássica para formar um consenso, como mostra Hauwermeiren (1998), quando analisa o que se passa com os países que importam capital natural<sup>8</sup> de outros países mais pobres. De acordo com a noção de sustentabilidade fraca<sup>9</sup>, vê-se, no quadro com resultados numéricos apresentados por Pearce e Atkinson (1993), que o Japão, seguido por Alemanha e Estados Unidos, encabeça a lista com o maior índice de sustentabilidade fraca, sendo o principal importador de capital natural dos países que estão classificados como insustentáveis. Entre estes, estão: Papua Nova Guiné, Indonésia e Nigéria. Para Hauwermeiren, o que ocorre é que, no caso destes países, que dependem da extração e exportação de seus recursos naturais, é contabilizada a depreciação do seu capital natural, o que não é descontado dos países como Japão.

Neste caso, fica clara a ideia de sustentabilidade a serviço de uma rede hegemônica de Estados ricos, que se beneficiam dos recursos naturais de outros países. Contudo, esta mesma noção implica considerar que os países ricos têm condições de compensar a depreciação do capital natural em seu próprio território, assim como a soma de suas economias pode compensar o de todo o mundo (HAUWERMEIREN, 1998:116).

Sendo assim, não basta mensurar tais usos de recursos naturais com base em índices de poupança (que o Estado capitaliza) em relação ao que se consome em produtos em termos de ambiente<sup>10</sup>. Os índices de bem-estar sustentável devem abranger a distribuição da renda, a

<sup>8</sup> Conforme a autora (1998), o capital natural é “el stock de activos naturales que produce um flujo de bienes y servicios valiosos para ele futuro.”

<sup>9</sup> “(...) se define como El mantenimiento de la sumadel ‘capital natural’ y del ‘capital hecho por los humanos’ (HAUWERMEIREN, 1998:112).

<sup>10</sup> No quadro demonstrado por Hauwermeiren (1998:115), estes índices são considerados na diferença entre o percentual da poupança de renda, a depreciação do capital produzido pelo homem em percentual da renda e a

saúde e a educação (HAUWERMEIREN, 1998:117), sendo representados pelo IBES, PNUD e IDH<sup>11</sup>. No IBES, destacam-se os seguintes fatores sociais e ambientais: a contribuição das atividades não-monetarizadas; o esgotamento dos recursos naturais; o dano ecológico de qualquer tipo; e a acumulação dos gastos defensivos. O PNUD considera como fatores para os índices de bem-estar a longevidade e a saúde; a aquisição de conhecimentos que desenvolvam em cada ser humano potencialidades e habilidades adequadas em relação às necessidades; e o acesso à renda e recursos necessários para desfrutar de um nível de vida digno de liberdade e com respeito aos direitos humanos. Por último, o IDH se baseia em três indicadores que representam estas dimensões, que são a longevidade, o nível educacional e o nível de vida (HAUWERMEIREN, 1998:119).

Até aqui, temos um corolário de ideias sobre as quais, se há, por um lado, uma descrença nos fatores usados para mensuração do grau de escassez dos recursos naturais e há a possibilidade de se restabelecerem, por outro lado, vimos que há ainda interesse político no desenvolvimento dos estudos pertinentes ao ecossistema para a integração de novos elementos que ampliam a perspectiva, deixando de ser meramente econômica. Holland (In JAMIESON, 2003) procura distinguir exatamente isso. À frente de um dilema *ecossocial*, com vistas à correlação desses dois contextos, o autor pergunta sobre os problemas da Economia encontrados com a crise do meio ambiente e as soluções oferecidas por essa ciência.

Para alguns, o crescimento econômico é o motor da degradação da natureza, e para outros, como Holland (In JAMIESON, 2003), não adiantaria zerar o crescimento, tendo em vista que, caso viesse a ocorrer uma grande guerra, esta seria o próprio motor de degradação. Dessa maneira, constata-se que o desenvolvimento sustentável<sup>12</sup> ou a sustentabilidade expressa o caminho intermediário desse antagonismo. A partir disso, de acordo com o relatório Brundtland (WCDE, 1987), não se espera abandonar o crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza, mesmo não sendo totalmente eficiente. Contudo, considera o desenvolvimento sustentável como uma nova via que pode sustentar a capacidade ambiental, promovendo o crescimento e a diminuição da miséria (HOLLAND, in JAMIESON, 2003). O problema apontado por Holland (idem) é se essa via de desenvolvimento vai ditar a natureza da proteção ambiental, ou se essa proteção ambiental vai

---

depreciação do capital natural em percentual da renda. O resultado é expresso pelo índice de sustentabilidade fraca.

<sup>11</sup> IBES é a sigla em espanhol para “Índice de Bienestar Económico Sustentable” e sua tradução em inglês é ISEW “Índice of Sustainable Economic Welfare”. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

<sup>12</sup> Conforme o Relatório Brundtland da World Commission on Environment and Development (WCDE) 1987, p.8, é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (HOLLAND, in JAMIESON, 2003).

ditar a natureza do desenvolvimento. A esse respeito, as medidas tomadas pela maioria dos países preocupados com a escassez de produtos naturais interferem todas na economia. O conceito de capital natural e capital criado pelo homem<sup>13</sup>, segundo Holland (In JAMIESON, 2003), sugere a preferência, mesmo que equivocada, pelo monetarismo da natureza, mensurando-o nesses termos, como vimos em Hauwermeiren (1998).

Sobre o monetarismo da natureza, Alier (2001) exemplifica bem essa questão mostrando os dados que David Pearce apresenta em seu quadro<sup>14</sup>, que trata do índice de sustentabilidade fraca<sup>15</sup> em alguns países. Para Alier, esses dados podem ser tratados de forma ideológica, uma vez que não há como mensurar ainda o quanto se extrai da natureza. A mensuração do retorno disso efetiva a sustentabilidade da natureza, o que é outro fator não demonstrável em números. O que David Pearce aborda é o percentual da economia<sup>16</sup> na entrada, ou o quanto se tem em capital para usar menos a soma do capital natural e o capital criado pelos homens. O resultado é o índice de sustentabilidade.

O que Alier critica é o erro ao qual o quadro conduz, ao demonstrar que o índice econômico elevado dos países mais ricos capacita-os, por assim dizer, a compensar os custos da depreciação da natureza pelos países mais pobres, que sustentam suas economias, extraindo produtos naturais de alto valor de exportação. Isso leva a Alier (2001) a concluir que a sustentabilidade fraca funciona como ideologia quando se substitui o capital natural pelo capital de produtos manufaturados, atribuindo-se valor monetário a esses bens ambientais<sup>17</sup>. Há também o uso do pretexto da riqueza como sendo boa para o ambiente. Isto significa que países pobres não têm como manter a sustentabilidade, pois não têm recursos para conter a deterioração da natureza.

Outro elemento importante é a falta de um indicador biofísico que englobe os indicadores físicos, químicos e biológicos, para medir a sustentabilidade (ALIER, 2001, p. 123).

---

<sup>13</sup> “O capital criado pelo homem compreende todos os artefatos, bem como o capital humano e social – as pessoas, as suas competências, inteligências, virtudes e instituições. O capital natural compreende todos os recursos orgânicos e inorgânicos, que ocorrem naturalmente, incluindo não somente itens físicos, mas também informação genética, biodiversidade, sistemas de sustentação da vida e sumidouros” (HOLLAND, in JAMIESON, 2003).

<sup>14</sup> Ver quadro em Alier, 2001, p.121.

<sup>15</sup> *Sustentabilidad débil*, como aparece em Alier, em seu *Curso sobre economia ecológica*: período 2,3 de julho de 2001. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. 128 p., esta sustentabilidade significa a manutenção da soma do capital natural e o capital criado pelos homens. Para Alier, esta sustentabilidade fraca permite a substituição do capital natural pelo capital criado pelos homens. Disso decorrem os dados de Pearce, que, sem dúvida alguma, tentam traduzir os resultados da utilização dos recursos naturais de alguns países; mesmo que não os produzam, levam em consideração a importação e a exportação da matéria prima ou capital natural.

<sup>16</sup> Por uma questão de interpretação, usa-se *economia* para traduzir *Ahorro*, termo que aparece em Alier (2001), e que também significa poupança.

<sup>17</sup> Tendência que Holland (In JAMIESON, 2003) observou.

Para tanto, situar-se-á a discussão sobre os indicadores citados acima na próxima seção, onde passaremos a tratar diretamente com o campo pesquisado.

### 3. PRODUTOS ECOLÓGICOS E CONSUMO

Como vimos na seção anterior, os entraves para a economia liberal são muitos ao considerar as formas de condução e a viabilidade da sustentabilidade ambiental, o que ocorre paralelo ao crescimento econômico. Mesmo assim, observamos também que não param de surgir alternativas que se apresentam como ambientalmente corretas no modelo de economia liberal, principalmente para amenizar as consequências das externalidades. As críticas feitas pela economia ambiental à economia vigente redirecionam a discussão para as novas preferências de consumo. Assim, a sustentabilidade econômica passa a incluir uma transformação de hábitos de consumo que pode ocorrer pelas trocas de informações entre os indivíduos através de diversos meios e, também, invariavelmente pelas ofertas de produtos, que, desde a manufatura até a sua comercialização, são vendidos como *ecologicamente corretos*.

Neste caso, no entanto, é importante alertar sobre as possíveis adequações estruturais político-econômicas para determinadas posturas demonstradas pelo mercado em relação às preferências de consumo na sociedade. Como se trata das escolhas dos indivíduos, nas quais há uma correspondência entre “o bem ambiental e os bens e serviços postos no mercado ou na identificação de um preço implícito ou custo de oportunidade que restringem as escolhas” (FREEMAN, in JAMIESON, 2003, p.293), pode-se determinar valores diferentes em se tratando de áreas preservadas. Por exemplo, um mercado de habitação tem seu valor acrescido por estar em área mais limpa (id.).

Voltando ao desenvolvimento sustentável, vimos que tal uso ainda é muito conturbado. Enquanto Acsehrad e Alier atribuem um caráter ideológico a esse conceito, Howermeiren e Holland preferem tratá-lo em sua dubiedade conquanto fique a interrogação deste último: se essa via de desenvolvimento irá ditar a natureza da proteção ambiental ou se é essa proteção ambiental que ditará a natureza do desenvolvimento (HOLLAND, in JAMIESON, 2003). Esse dilema torna-se a chave para entender as justificativas do desenvolvimento sustentável como política ambiental. De qualquer forma, através dele, entende-se a passagem de uma economia baseada em teorias econômicas liberais para o circuito mercado/consumo-ecológico.

De meados do século passado, até alguns anos entre as décadas de 60 e 70, desenvolvimento era sinônimo de progresso em termos de crescimento econômico, científico e tecnológico. Contudo, com a crise do petróleo em 70 e as reivindicações dos movimentos de contracultura iniciados na década de 60, inicia-se uma discussão crítica e condenatória a esse

desenvolvimento. Nesse momento, as preocupações ambientais e o impacto desse modelo apresentam-se oficialmente na ONU quando esta promove a I Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Mas foi a partir do Relatório Meadows<sup>18</sup> e do termo “ecodesenvolvimento” que a ideia de desenvolvimento sustentável ganharia “vida” mais tarde. Apresentado em 1973 por Maurice Strong e com seus princípios formulados por Ignacy Sachs, o conceito de

ecodesenvolvimento buscava, portanto, uma via intermediária entre o que Sachs denominava de ‘ecologismo absoluto’ e o ‘economicismo arrogante’, que pudesse conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza” (SCOTTO, CARVALHO, & GUIMARÃES, 2009, p. 25-26)<sup>19</sup>.

Alguns anos mais tarde, já em meados da década de 80, o *desenvolvimento* ganha novos contornos no relatório Brundtland, entregue em 1987 à ONU, como trabalho final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Conforme Holland (In JAMIESON, 2003), este conceito aparece no relatório como motivo reconciliador entre o homem e meio ambiente; contudo, ele aparece, também, como crítica ao crescimento a partir de uma economia baseada no modo de produção industrial como se apresenta na sociedade. Mesmo assim, o conceito não espera abandonar o crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza, mas reconhece a importância de limites a esse crescimento.

Para que deixem de ser dependentes [países em desenvolvimento], não basta uma aceleração do crescimento econômico global. Isso significaria apenas a perpetuação dos padrões econômicos já existentes, ainda que talvez com níveis de renda mais elevados (CMMAD, in SCOTTO, CARVALHO, & GUIMARÃES, 2009, p. 33).

Com este relatório e toda a discussão desencadeada na década de 90, com a Agenda 21, o desenvolvimento sustentável ganha força e começa a fazer parte de vez das pautas

<sup>18</sup> “(...) estudo realizado por um conjunto de cientistas e técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology) a pedido do Clube de Roma sobre os ‘Limites do Crescimento’” (SCOTTO, 2009, p.21).

<sup>19</sup> A definição de Sachs para ecodesenvolvimento era “Um processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica” (In SCOTTO et. ali, 2009, p.26).

políticas/econômicas no mundo globalizado, ainda que haja alguns desacordos entre ambientalistas quanto às reais intenções que subjazem a este conceito.

Nele vislumbramos políticas econômicas e sociais comprometidas com o meio ambiente ainda que destinadas ao favorecimento e fortalecimento de certos mercados. Neste sentido, por um lado, temos um bem-estar social que passa a depender de uma economia ambiental e não somente de uma política de redistribuição de riqueza em uma economia baseada em um modelo de produção pós-fordista/global. Por outro lado, abrem-se possibilidades de comercialização de produtos que, até algumas décadas atrás, diziam respeito a grupos sociais representados em comunidades alternativas, constituindo mercados alternativos. O valor *ambiental* passa a ser associado a muitos produtos e agrega valor de troca material e simbólico. Temos, assim, o desenvolvimento de um mercado ecológico, bem como o comércio desses produtos ecológicos, considerando o processo de internalização de atributos ambientalmente corretos ou desejáveis como um valor.

Uma proposta de economia ambiental, como alicerce de um desenvolvimento qualitativo da sociedade, encontra-se em Herman Daly (2004). O autor recusa a ideia de crescimento sob a ótica da economia e seu principal argumento é que “O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer, mas pode continuar a se desenvolver” (DALY, 2004, p. 198).

O fator de crescimento recomendado pela Comissão Brundtland é dado por ele como impossível, pois não há, devido aos alertas da natureza, como manter uma escala mínima de crescimento perante a escassez dos recursos naturais. Até mesmo o crescimento verde é objetado por Daly (2004, p. 198), pois a terra não suportaria uma população de árvores acima de seu limite, assim como a população humana também não em relação ao número de automóveis. Dito isso, fica claro o quanto Daly enfatiza os limites impostos por uma exploração desenfreada dos recursos naturais e por uma busca de eficácia sem precedentes dos meios produtores.

Daly (2004, p. 199) acusa que se obtêm 40% dos produtos primários líquidos, que, estando esse percentual próximo do fator de crescimento proposto por Brundtland, tendo como parâmetro a média americana do padrão de uso dos recursos *per capita*, já é insustentável.

Se o crescimento até o fator de 5 a 10, recomendado pela Comissão Brundtland, é impossível, então que tal apenas manter a escala atual – isto é, que tal crescimento líquido zero? Todos os dias vemos a respeito das reações de tensões provocadas aos ecossistemas pela economia, tais como a intensificação do efeito estufa, a erosão da

camada de ozônio, a chuva ácida, e assim por diante, os quais constituem prova de que até mesmo a escala atual é insustentável (DALY, 2004, p. 199).

A pergunta crucial, não enfrentada pela Comissão Brundtland, é como diminuir a pobreza sem crescimento, mas através do desenvolvimento (DALY, 2004). Existe uma resposta em termos quantitativos, como expresso no fator de crescimento proposto pela Comissão, que segundo Daly, mesmo sendo considerado aceitável, levaria ao colapso do ecossistema no futuro.

Se a expansão de 5 a 10 vezes for realmente em consideração aos pobres, então terá que consistir de coisas que lhes são necessárias – alimento, vestuário, habitação – não serviços de informação. Bens básicos têm uma dimensão física irredutível, e sua expansão exigiria crescimento ao invés de desenvolvimento, embora desenvolvimento via aumento da eficiência ajudaria. Em outras palavras, a redução no volume de recursos por dólar de PIB, observada em algumas nações ricas nos últimos anos, não pode ser proclamada como rompendo o vínculo entre expansão econômica e o meio ambiente, como alguns reivindicaram. Desenvolvimento sustentável deve ser desenvolvimento sem crescimento – mas com o controle da população e a redistribuição da riqueza – se é para ser um ataque sério à pobreza (DALY, 2004, 199).

A discussão ainda passa pelos custos para minimizar a pobreza. Para Daly (2004), hoje, os custos são maiores que os benefícios, principalmente na contenção do esgotamento dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente. Isso, segundo ele, ficou evidenciado nos Estados Unidos, mostrando o quanto o crescimento não tem uma relação direta com a riqueza de um país.

Portanto, a defesa de um desenvolvimento sem crescimento é a baliza da economia verde, em Daly. Assim, as políticas para o crescimento zero passam pela detenção ou redução dos transumos por meio de taxa<sup>20</sup> da extração dos recursos (DALY, 2004, p. 199), sendo também necessário:

Buscar elevar a maior parte do rendimento público de tais taxas de ruptura de recursos e compensar (atingir a neutralidade de rendimento) isso com a redução do imposto sobre a renda, especialmente na extremidade mais baixa da distribuição de renda, talvez até mesmo financiando uma taxa de rendimento negativa em seu limite mais inferior. (DALY, 2004, p. 199).

Essas políticas, propostas por Daly, sugerem uma reformulação do modo de ação dos governos e recai naquilo que Dowbor, citado na introdução, reconhece como algumas causas dos entraves para o desenvolvimento socioambiental: “desafio mais espinhoso de enfrentar o

<sup>20</sup>Observe-se que a ideia de taxa<sup>20</sup> como instrumento político é compartilhado e discutido por diferentes autores. Veja a Análise de Custos/Benefícios, apresentada por Freeman, na página 20, que discute a eficácia de taxas sobre os prejuízos causados pela poluição ao meio ambiente.

dilema da governança, da criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer” (DOWBOR, 2012).

Em relação ao que foi exposto acima, inclui-se ainda o processo de *globalização*. Para Fritjof Capra (2005, p. 141), esse movimento aparece aos olhos dos indivíduos como o surgimento de um novo mundo. A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em meados da década de 1990, revelou o otimismo dos empresários de todo mundo, por se tratar de uma entidade ordenadora da globalização econômica e a exaltação do livre comércio. De outra forma, ambientalistas e ativistas de movimentos sociais perceberam que tais novas regras econômicas não só deviam ser classificadas como insustentáveis, como traziam consequências para a democracia (CAPRA, 2005, P.141).

Capra analisa a globalização econômica a partir de dois pontos: a inovação tecnológica e a expansão mundial das grandes empresas. De certa forma, esses dois eixos sintetizam a discussão sobre o tema da globalização presente em dois trabalhos que ganharam destaque em sua época. O primeiro é *The Case Against the Global Economy*, uma coletânea de ensaios escritos publicada pela organização ambientalista dos Estados Unidos, *Sierra Club*, e o segundo, *The Rise of the Network Society*, de Manuel Castells, professor de sociologia na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Para Fritjof Capra, assim como nesses dois referenciais bibliográficos e, especialmente, em Castells, há uma inter-relação de tendências de mudanças, que podem ser compreendidas (CAPRA, 2005, p. 142). Assim, Capra estabelece uma relação entre a grande revolução da informática, culminando no polo do Vale do Silício, e o movimento de contracultura nas décadas de 1960 e 1970, que influenciaram as mentes mais inovadoras da era da informática (CAPRA, 2005, p. 146).

As atitudes irreverentes, o forte sentido de comunidade e a sofisticação cosmopolita dos “anos sessenta” compuseram o pano de fundo cultural do estilo de trabalho informal, aberto, descentralizado, cooperativo e futurista que se tornou característico das novas tecnologias da informática (CAPRA, 2005, p. 146).

A globalização, neste sentido, passa por movimentos culturais transformando a dinâmica social a partir de inovações tecnológicas. A economia de modelo Keynesiano chega ao seu limite conceitual na década de 1970, uma vez que, mesmo tendo êxito por vários anos após a Segunda Guerra Mundial, os economistas da época esqueceram-se das multinacionais e dos impactos socioambientais trazidos e ampliados pela crise do petróleo nos países industrializados, na década de 1970 (CAPRA, 2005, p. 147). Com base nisso, Capra mostra

que a reestruturação do capitalismo, após a crise, passou por uma anulação do contrato social entre o capital e o trabalho, pela desregulamentação e liberalização do mercado financeiro interligado com as mudanças empresarias (CAPRA, 2005, p. 147).

Mas, por fim, a reestruturação do capitalismo impôs uma disciplina econômica comum aos países da nova economia global, através da atividade dos bancos centrais e do Fundo Monetários Internacional (CAPRA, 2005, p. 147).

Esse movimento todo foi possível graças ao avanço tecnológico da informática e da comunicação (CAPRA, 2005, 147).

(...) possibilitaram, por exemplo, a transferência quase instantânea de fundos entre vários segmentos da economia e vários países do globo, e permitiram que a enorme complexidade advinda da rápida desregulamentação e da nova engenhosidade financeira pudesse ser abarcada e, até certo ponto, compreendida. No fim das contas, a Revolução da Informática ajudou a trazer à luz uma nova economia global – um capitalismo rejuvenescido, flexível e enormemente ampliado (CAPRA, 2005, p. 148).

Nesse novo capitalismo global, o mercado financeiro é marcado pela instabilidade. Esta instabilidade ressoa nas políticas sociais de governos que normalmente se pautam em políticas econômicas com objetivos para o controle da inflação, diminuição ou aumento de juros, controle dos gastos públicos, etc.

Só os mercados de moedas movimentam diariamente mais de dois trilhões de dólares; e como esses mercados determinam em grande medida o valor de qualquer moeda nacional, contribuem significativamente para a incapacidade dos governos de controlar a política econômica. Por causa disso, assistimos recentemente a uma série de crises financeiras graves, no México (1994), no Sudeste Asiático (1997), na Rússia (1998) e no Brasil (1999) (CAPRA, 2005, p. 150).

Dito isso, a globalização se transforma de uma possível saída para o crescimento econômico global que fará diminuir a pobreza, através do livre comércio, para um agravamento da pobreza e exclusão social (CAPRA, 2005, p. 156). Isso ocorre porque os economistas não levaram em conta os custos sociais e ambientais dessa nova economia (CAPRA, 2005, p. 157).

(...) o aumento e a aceleração da destruição do meio ambiente natural no mundo inteiro, que é tão grave quanto, senão mais grave do que os efeitos sociais (CAPRA, 2005, p. 157).

Assim como Acselrad (2004), que chama a atenção para os conflitos ambientais e exemplifica com as disputas pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais, como é o caso da “guerra pela água”, exposto anteriormente, Capra também coloca que o crescimento da economia de Taiwan, por exemplo, levou a danos ambientais devastadores (CAPRA, 2005, 157).

Em princípio, Taiwan poderia usar a sua nova riqueza para limpar o seu meio ambiente, mas a competitividade da economia global é tão grande que a legislação ambiental, em vez de ser fortalecida, é cada vez mais enfraquecida a fim de fazer baixar os custos da produção industrial (CAPRA, 2005, p. 157).

Outro aspecto importante do neoliberalismo, conforme Capra, é a receita aos países pobres para obtenção de moeda estrangeira pela exportação de produtos específicos e importação de outras mercadorias. Isso leva a uma maior concentração na logística e à criação de novas rodovias, ferrovias e portos para o embarque e desembarque de produtos comercializados.

O sucateamento da produção local em favor das importações e exportações, que é a tônica das regras de livre comércio da OMC, aumenta dramaticamente a distância “da terra à mesa”. (...) Novas rodovias e aeroportos cruzam florestas antes intocadas; novos portos destroem mangues e habitats litorâneos; e o maior volume de transporte polui o ar e provoca frequentes derramamentos de petróleo e produtos químicos. Estudos feitos na Alemanha indicam que a contribuição da produção não-local de alimentos para o aquecimento global é de seis a doze vezes maior do que a da produção local, em virtude do aumento das emissões de CO<sub>2</sub> (CAPRA, 2005, p. 158).

Como veremos, existe o caso da Costeira do Pirajubaé, que sofreu e corre riscos de sofrer mais danos ambientais por conta da construção de túneis, estradas e elevados em áreas de mangue.

### 3.1 MERCADO ECOLÓGICO E EDUCAÇÃO

Nesse momento, dois elementos são importantes a considerar para desenvolvermos uma discussão sobre a constituição do mercado ecológico. O primeiro é o que está envolvido com a educação de modo geral e que diz respeito à formação de pessoal que atuará em diversas áreas profissionais enquanto perito<sup>21</sup>, e o outro diz respeito a educadores que atuarão

---

<sup>21</sup> Parece interessante avaliar a questão da formação de pessoal perito à luz de Antony Giddens (1991) ao tratar das consequências da modernidade, a partir de uma análise dos riscos enfrentados pela sociedade frente a sistemas peritos. Assim, estendendo a profissionalização a partir do conhecimento sobre alta tecnologia, capacitaria pessoal especializado nas diferentes áreas de trabalho, subordinando à técnica e à tecnologia; todavia,

como professores ou educadores ambientais em escolas, universidades, organizações não governamentais e outras entidades educacionais. Como foi dito anteriormente, na introdução deste trabalho, a internalização dos princípios ambientais está associada, em parte, ao caráter educacional e formador de opiniões de grupos e movimentos sociais ambientais.

Sendo assim, o tema da ecologia passa a ter relação com diferentes gerações. Por meio da mídia impressa, televisiva e websites, alcança quase todos os estratos socioeconômicos da população. Por isso, também é preciso questionar até que ponto o debate sobre a sustentabilidade não passa de fachada para um slogan com propósitos econômicos em certas camadas sociais, principalmente entre aquelas menos favorecidas.

Assim, é preciso lembrar o que foi colocado anteriormente quanto ao conceito de sustentabilidade ambiental para Hauwermeiren (1998), que parece conter um elemento disciplinador para os países cujas economias não se ajustam à forma do mercado de consumo de produtos com o *slogan* ecológico, alterando o circuito de bens de consumo com a supressão de alguns produtos. Dessa maneira, sacrificam a própria economia desses países, até que estejam adequados ao padrão exigido. Para Acselrad (2004), a sustentabilidade trata-se de uma construção discursiva que coloca em debate alguns princípios, os quais orientam a reprodução da base material da sociedade, o que acaba valendo como definidor do que é legítimo e o que não o é em relação a essa base material. Ou seja, nessas duas ideias a respeito da sustentabilidade, o que encontramos é uma suspeita e um alerta acertado em relação às políticas e aos empreendimentos voltados para uma sociedade mais sustentável, uma vez que perguntar *quem e por que* atribuir o slogan ecológico ao produto “tal” ou à região “tal” significa buscar conhecer e aprimorar os meios pelos quais se efetivam essas políticas.

Um dos movimentos que sintetiza o significado da busca de uma sociedade imbuída de tal ideal, a partir de uma educação de gosto concomitante ao consumo de produtos ecológicos na sociedade atual, é o *Slow Food*. Este movimento tem significativa circulação no mercado alternativo, com representação em feiras gastronômicas, feiras em determinadas festas de cunho religioso, estando presente em muitas regiões do Brasil e do mundo por meio de seus *convivia*.

O *Slow Food*<sup>22</sup>, baseado no conceito da *ecogastronomia*<sup>23</sup>, possui sedes nacionais em sete países e uma sede internacional dirigida pelo Comitê Executivo Internacional, eleito a

---

isso não garantiria à outra parcela da sociedade, usuários dos sistemas peritos, a segurança dada como certa. Ver Antony Giddens em *Consequências da modernidade*, (1991, 92-95).

<sup>22</sup>De acordo com o site da associação (<http://www.slowfoodbrasil.com>), constitui-se como “uma associação internacional sem fins lucrativos, fundada em 1989, como resposta aos efeitos padronizantes do *fastfood*, ao ritmo frenético da vida atual, ao desaparecimento das tradições culinárias regionais, ao decrescente interesse das

cada quatro anos. Além de buscar alternativas para o plantio e cultivo de alimentos dentro do princípio da sustentabilidade, “(...) apoia as demandas de soberania alimentar, ou os direitos das comunidades de decidir o que cultivar, produzir e comer”, faz acordos com governos de países, por exemplo, o do Brasil<sup>24</sup>, com o objetivo de socorrer as pequenas agriculturas familiares, baseada nas “pequenas produções de excelência gastronômicas ameaçadas pela agricultura industrial, pela degradação ambiental ...”<sup>25</sup>.

Os alimentos produzidos, nessas localidades, fazem parte da *Arca do Gosto*, projeto do movimento *Slow* “(...) que, desde 1996, dedica-se a redescobrir e catalogar sabores esquecidos, documentando produtos gastronômicos excelentes, que estão em risco de desaparecer” (CARVALHO, 2007).

Trata-se, neste caso, de uma dialética entre gosto e consumo. Não consumimos somente o que necessitamos, já que mudamos nossos gostos conforme vamos consumindo.

Para compreender melhor isso, pode-se mencionar Renata Menasche (2001) ao usar o conceito de *incorporação* de Fischler (1993), para mostrar que o alimento passa a “transpor a fronteira entre o mundo e nosso corpo... incorporar um alimento é, em um plano real, como em um plano imaginário, incorporar todas ou parte de suas propriedades: tornamo-nos o que comemos”.

Ademais, temos uma política do campo da alimentação, analisado por Portilho (2010), a partir do “processo de ambientalização e politização do consumo, ou seja, a percepção e o uso do consumo como uma forma de ação política, materializando e tornando públicos valores e comprometimentos ambientais e sociais”.

Portanto, não há como pensar o consumo de forma secundária em um modelo econômico para a análise do processo social, uma vez que se traduz por experiências subjetivas e alcança um viés formador de hábitos que extrapolam os estímulos da publicidade, por exemplo.

O consumo de novos produtos, que possibilitam novos gostos, é possível sem estar diretamente ligado a uma ênfase dada pelos instrumentos de estimulação do sistema

---

peças na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo”.

<sup>23</sup> Como está descrito no site (<http://www.slowfoodbrasil.com>), “restitui ao alimento sua dignidade cultural, favorece a sensibilidade do gosto, luta pela preservação e uso sustentável da biodiversidade. Protege espécies vegetais e raças animais, contribuindo com a defesa do meio ambiente, da cozinha típica regional, dos produtos saborosos e do prazer da alimentação”.

<sup>24</sup> “Desde Agosto de 2004, a Fundação *Slow Food* para Biodiversidade tem um acordo de cooperação internacional com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA). Os projetos estão sendo desenvolvidos no país com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)”. Para saber mais, é preciso consultar também o endereço <http://terramadre.slowfoodbrasil.com>.

<sup>25</sup> Consulte no endereço <http://terramadre.slowfoodbrasil.com>.

capitalista e de seu mercado liberal, representados também pela publicidade. Isto pode ser mais bem entendido pelo conceito de *habitus*, que consiste, conforme Bourdieu (1998), em um “conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (...) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”, e que, sendo desta forma, indica uma relação com a internalização de práticas fora do circuito tradicional de consumo. Ou seja, podemos dizer que há um tipo de consumo que está intimamente ligado ao *habitus* de consumidores que interagem em novos espaços sociais, como demonstra o movimento *Slow Food*.

Ainda sobre alguns aspectos importantes desse movimento em relação aos produtos nele vinculados e à ideia de desenvolvimento sustentável, podemos seguir o raciocínio de Alier (1998), principalmente quando se pensa na questão social do consumo de produtos ecológicos.

Segundo Alier, há uma ideia altamente criticável de que a comercialização de um produto, com ênfase ecológica, só é reconhecida como possível no âmbito dos centros geográficos economicamente desenvolvidos. Nesses espaços, é onde existe o que Alier (1998) chama de *valores pós-materialistas*. A exploração de países ricos de territórios menos desenvolvidos estaria na contramão da sustentabilidade. Neste olhar, um ecologismo popular, portanto, seria uma impossibilidade tendo em vista a falta de recursos básicos que impedem a conservação do meio ambiente. Este fato é corroborado na diferença do valor dado localmente ao produto e de como ele acaba na mesa dos restaurantes. Disso resulta o problema de uma comunidade em manter-se economicamente, sem esgotar suas reservas naturais em nome da procura do comércio, o que inviabilizaria o projeto sustentável. Mas Alier (1998) alerta que um ecologismo dos pobres é real, pois o autor têm em vista os vários movimentos que surgiram justamente, não porque havia prosperidade, mas porque nesses locais a necessidade de se limitar os resíduos se impunha. Apesar de existir essa pré-disposição, em vista dos movimentos, a impossibilidade do ecologismo popular desta forma esbarra na própria história do ecologismo, que demonstra, antes de tudo, a necessidade do uso sustentável dos recursos que, em zonas mais pobres, são prioritários para a manutenção da sua economia e a própria sobrevivência dos que nela vivem. É o caso da preservação dos bosques e das paisagens agrícolas, que segundo Alier (1998, p. 32-33) são o “aprovisionamento material e energético dos humanos”, tanto os ricos, como os pobres. Entenda-se isso no sentido de que, se não houver políticas de preservação em qualquer um dos polos (ricos e pobres), não haverá, como Alier (1998) salienta, as condições para se diminuir a complementação de energia com combustíveis fósseis e produtos químicos. O ecologismo dos pobres justapõe-se ao que até então vinha sendo discutido - as novas preferências de consumo, pois são decorrentes

exatamente das consequências das tomadas de decisão sobre o que e como usar os bens naturais. Assim, a questão da sustentabilidade passa por uma reinvenção dos modos de consumo tanto em centros desenvolvidos, quanto em áreas menos desenvolvidas economicamente para lidar com a exploração desordenada dos recursos naturais.

#### 4. NOVOS PRINCÍPIOS PARA O MERCADO

Consideraram-se, nas seções anteriores, as contribuições de algumas análises teóricas para a discussão acerca da constituição de um mercado ecológico que passa por um processo de ambientalização.

Nesta seção, será apresentado o movimento *Slow Food* e como este movimento pode indicar os caminhos materiais e simbólicos trilhados por estas novas formas de mercados ecológicos para legitimarem-se social e economicamente em um quadro social de hegemonia do mercado capitalista convencional, sendo esse tensionamento objeto desta pesquisa.

##### 4.1 O MOVIMENTO SLOW FOOD E SUAS REFERÊNCIAS

A associação *Slow Food*, baseada no conceito da *ecogastronomia*, como observado na seção anterior, apresenta, em seus princípios, a importância que o tratamento dado aos alimentos tem tanto em sua produção, quanto em seu preparo para o consumo, no que diz respeito à viabilidade de outras formas de convívio entre os indivíduos mediados por essa relação com os alimentos.

Recentemente, alguns alimentos produzidos no litoral catarinense passaram a fazer parte da Arca do Gosto<sup>26</sup> e são mediados por representantes do movimento *Slow* na Capital Catarinense. Nesse contexto, há produtores e responsáveis pela promoção desses alimentos no movimento *Slow* formando uma cadeia produtiva que visa à formação de novos consumidores. O resultado dessa interação do movimento com os produtores locais recoloca uma questão levantada na análise do consumo na seção anterior, que trata justamente de como as preferências por certos produtos consumidos mudam conforme outros passam a ganhar espaço, no caso aqui, alimentos, assim alterando os rumos desse mercado. É o caso do consumo do berbigão, um alimento encontrado facilmente próximo às margens, no litoral catarinense, e de grande utilidade para a manutenção da economia das famílias que vivem ao entorno da reserva extrativista, criada através do IBAMA. Este alimento é um dos que fazem parte da Arca do Gosto, mencionada acima, corroborando a atuação do movimento *Slow* junto às comunidades que vivem do que produzem.

---

<sup>26</sup>Sobre este projeto, ver seção anterior, pg. 35.

Analisando um material obtido por meio de conversas, que consiste em um estudo concluído em 2009<sup>27</sup>, sobre a situação da comunidade que hoje faz parte da Reserva do Pirajubaé, e considerando também alguns relatos de pesquisadores da UNIVALI, bem como de alguns pescadores extrativistas, percebe-se que, no grupo de associados, formado por quase todas as famílias de Pirajubaé, há uma ideia generalizada e forte de que se deve fazer algo imediato para aumentar a renda das famílias, o que não condiz exatamente com a percepção dos educadores ambientais do grupo da UNIVALI, nem com o trabalho por eles desenvolvido com o objetivo de incentivar o manejo sustentável dos recursos. De outro modo, a ideia do aumento da renda familiar pareceu ter se concretizado ainda mais após a notícia sobre o berbigão e a Arca do Gosto. O *Slow Food* passaria então a ser o carro-chefe da comercialização do alimento extraído naquela localidade. Caberia investigar, então, se o movimento *Slow* romantiza estas comunidades para que elas aceitem seu ideário *slow*.

Para situar melhor sobre quem são os atores que trabalham ao lado dos produtores, entram, nesse cenário da produção de alimentos ecologicamente orientados, técnicos e pesquisadores representando diferentes instituições. No caso da região de Florianópolis, à qual esta pesquisa está delimitada, funcionários da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Os primeiros fazem parte do LEA/CTTMAR (Laboratório de Educação Ambiental/UNIVALI), portanto, observa-se um interesse de âmbito educacional. A ligação destes profissionais com o *Slow* é indireta e o interesse que existe no trabalho deles, nesta pesquisa, dá-se por conta do acompanhamento destes profissionais nas atividades dos coletores de berbigão. Coexiste, assim, um relato de produtores e de pesquisadores.

Uma percepção que conduz a hipótese desta pesquisa, em se tratando de como surgem novos princípios para o mercado, a partir do comércio de produtos ecológicos, é que a relação entre o *Slow Food* e a comunidade do Pirajubaé ainda é instável e incerta no que diz respeito a uma convergência de objetivos e de princípios.

Para investigar esta hipótese, procurou-se o relato daqueles que atuam diretamente no movimento *Slow*, bem como entre as lideranças na Comunidade Costeira de Pirajubaé. Dessa forma, para melhor explicitar os anseios de todos que estão envolvidos na tarefa de implementar um sistema de extração e comercialização do Berbigão com o selo *Slow*, passar-

---

<sup>27</sup> Documento consolidado pela caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Consultoria dada por Karen Follador Karam.

se-á a mostrar um pouco mais da história da Comunidade da Costeira do Pirajubaé, na sua atividade principal, que é extração do berbigão, o que constitui a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

#### **4.1.1 A RESEX Marinha do Pirajubaé**

Com a discussão apresentada anteriormente, sobre a questão da sustentabilidade na economia liberal, à luz da crítica da economia ecológica, teve-se por objetivo preparar o campo de análise da relação entre um órgão de governo e trabalhadores extrativistas, atentando-se em suas estratégias para garantir direitos e serviços pautados pelo discurso da sustentabilidade, do mercado e da relação com os aspectos motivacionais entrelaçados nessas atividades. Com isso, inicia-se pela descrição da reserva, que se coloca como uma das unidades dentre outras criadas pelo Governo Federal. Para sua criação, levou-se em consideração o fato de haver uma comunidade tradicional, que vive basicamente da extração do berbigão (pequeno molusco que ocorre próximo à praia). Essa RESEX foi criada em 20 de maio 1992, por meio do Decreto N° 533. Está localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis. Conta com uma área de aproximadamente 1.444 hectares, ocupando ecossistemas marinhos e de manguezais. Foi a primeira unidade de conservação da categoria RESEX criada na zona costeira-marinha, diferenciando-se da maioria das UCs (unidades de conservação) desta categoria. Acrescenta-se a esta condição o fato de estar incrustada em uma cidade, capital de Estado, em uma área urbanizada e com expressivo adensamento populacional.

Imagem 1 - Área do entorno da RESEX – ranchos de pesca e o bairro da Costeira do Pirajubaé ao fundo<sup>28</sup>.



O argumento institucional, conforme documento da Superintendência do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), para a existência dessa RESEX baseia-se em que esta faz “parte do ecossistema de manguezais, os maiores, e por isso os mais importantes da Ilha de Santa Catarina, sendo o mais preservado, livre de ações antrópicas e, nos seus 740 hectares, garantem a reprodução e crescimento das principais espécies marinhas de valor econômico existentes na região. Junto ao mangue ocorre um baixio de aproximadamente 1000 (mil) hectares, onde pescadores da Costeira do Pirajubaé extraem sob regime de manejo sustentado e, sob orientação desta Superintendência, moluscos denominados berbigões. Desenvolvem-se também, nessa área, pesca artesanal de camarão, peixe, etc”. Outro argumento é que “a região da Costeira do Pirajubaé, onde se localizam os mangues do Rio Tavares, assim como o baixio contínuo a esses mangues, são reconhecidos

---

<sup>28</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

neste Estado como um dos ecossistemas que apresentam características ambientais mais preservadas da Ilha de Santa Catarina. Nesse sentido a intenção do IBAMA em transformar os referidos mangues e o baixio em uma Reserva Extrativista vem ao encontro com a iniciativa dessa Fundação que, há vários anos, em conjunto com o IBAMA, pretende transformar aqueles mangues em estação Ecológica. Essas iniciativas têm como objetivo comum garantir a integridade daquele importante ecossistema”. (FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina<sup>29</sup>). Em trabalho conjunto de técnicos do IBAMA e da comunidade de extrativistas, foi fundada a AREMAPI – Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em agosto de 1995. O seu objetivo é “preservar a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (mangue e áreas adjacentes) e seu ecossistema, garantindo às populações locais a exploração autossustentável dos recursos naturais renováveis de forma a alcançar o equilíbrio ecológico e a sadia qualidade de vida dos associados”.<sup>30</sup> Entre os requisitos para ser associado definitivo, estão os seguintes: ser maior de 18 anos, ou emancipado por lei; habitar tradicionalmente a área; exercer atividade extrativista autossustentável e ser registrado no IBAMA<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Argumentos extraídos do “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio: Consultoria dada por Karen Follador Karam.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

Imagem 2 - Vista da área marinha da RESEX - extrativistas voltando da extração do berbigão<sup>32</sup>.



Em setembro de 1996, a AREMAPI apresentou e teve aprovado o Plano de Utilização da RESEX do Pirajubaé. Por fim, em agosto de 1997, foi assinado o Contrato de Concessão Real de Uso da RESEX do Pirajubaé/SC a favor da AREMAPI<sup>33</sup>.

A sede da AREMAPI localiza-se no bairro Costeira do Pirajubaé, que, por sua vez, está em constante crescimento populacional, passando em uma década de 2.000 para 9.000 habitantes. Na rua paralela à que está localizada a sede, há um movimento intenso de veículos, duas escolas e um número considerável de prédios comerciais.

A sede consiste em uma casa de dois andares, com garagem e pátio frontal cercada por muro. O piso superior é usado como escritório da equipe do IBAMA responsável pela coordenação da Associação junto aos principais representantes associados. Na entrada da casa, fica a cozinha e uma sala contínua usada para as reuniões.

---

<sup>32</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

<sup>33</sup> Idem.

A chefe da reserva, que conta com uma equipe de seis servidores públicos nela lotados e um servidor terceirizado, como auxiliar administrativo, nomeada aqui por Faber<sup>34</sup>, tem 43 anos, é analista ambiental e agrônoma, com 13 anos de serviço público, com qualificação em gestão participativa, lotada naquela unidade em março de 2009. Outro nome importante no processo de implementação de um projeto sustentável para a comunidade é Reni, nome também fictício, educadora ambiental que faz parte do LEA/CTTMAR (Laboratório de Educação Ambiental)/UNIVALI, que mantém, junto com a equipe gestora da RESEX, o “Programa de Educação Ambiental Comunitária e Gestão Participativa na Área de Abrangência da Via Expressa SUL”. O programa é um dos condicionantes da LI – 126/2001 – Renovação, concedida pelo IBAMA para a construção da Via Expressa Sul, sendo apresentado em junho de 2008. O objetivo principal é o fortalecimento de um sistema integrado e participativo de gestão responsável dos recursos socioambientais na área do empreendimento e da RESEX, bem como em seu entorno<sup>35</sup>.

Com o objetivo de focar em alguns aspectos sobre a criação da reserva, far-se-á um rápido relato das informações obtidas por meio de conversas informais com a chefe da RESEX e com Reni.

Um aspecto interessante dessas conversas é esclarecimento, como já havia antecipado à Reni e posteriormente à Faber, sobre os objetivos da minha visita à reserva. Reni disse-me que a minha visita à RESEX ainda dependia exclusivamente do consentimento dos extrativistas. Antes, haveria uma conversa da Faber com os pescadores na reunião já marcada para semana seguinte.

Faber adiantou-me que os pescadores estão receosos em relação aos pesquisadores, devido às experiências anteriores. Um dos documentos produzido e utilizado como fonte de informações, a respeito da RESEX, foi um dos objetos que causou insatisfação dos pescadores com a atuação dos pesquisadores na comunidade. O motivo foi a conclusão constante, no documento, sobre as condições precárias de descasque e limpeza dos moluscos nos ranchos próximos à praia. A educadora ambiental, Reni, falou-me das diferenças a respeito das práticas de extração do berbigão entre as famílias que vivem na reserva e as que ficam fora da reserva. Algumas pessoas, relatou ela, haviam internalizado princípios de sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, cuidados com o alimento e a importância disso

---

<sup>34</sup> Por não haver autorização para publicação dos verdadeiros nomes dos atores-sujeitos citados aqui, e por uma questão de respeito ao sigilo, mesmo quando não solicitado, optou-se por nomes fictícios.

<sup>35</sup> Conforme o “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Consultoria dada por Karen Follador Karam.

para a saúde da comunidade como um todo. Em especial, dois pescadores contribuíram diretamente com a elaboração do documento para o ICMBio<sup>36</sup>.

Faber, chefe da RESEX, deixou clara sua preocupação com a associação ao movimento *Slow Food* do ponto de vista comercial. O berbigão foi matéria de artigo na revista *Slowfood* e, segundo ela, boa parte do que foi registrado pelas fotos melhorou a imagem de alguns pontos da reserva, o que, na verdade, não é fiel às reais condições de trabalho dos pescadores e nem ao modo como se encontram os ranchos à beira da praia. Deixou claro que a sua maior preocupação e seu esforço está em promover a mudança dessa situação.

Abre-se um parênteses aqui: a AREMAPI foi a primeira associação dos extrativistas a ser criada, e, ao que tudo indica, fazem parte dela os antigos moradores da Costeira do Pirajubaé. A partir disso, foi criada, alguns anos atrás, a associação denominada Caminhos do Berbigão, formada basicamente pelo grupo de extrativistas que vive na região da ponte do Rio Tavares (outro ponto da reserva), com o apoio de uma ex-chefe da RESEX.

---

<sup>36</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Imagem 3 - Vista do interior do Rio Tavares<sup>37</sup>.



Outro aspecto relevante desses contatos com todos envolvidos com a AREMAPI é a discussão sobre como encaminhar projetos para o desenvolvimento de estratégias de comercialização do Berbigão.

As reuniões com os extrativistas e suas famílias ocorriam quinzenalmente na sede. Em uma das visitas, observou-se Reni com uma câmera registrando a explanação de um dos técnicos do IBAMA sobre algumas questões legais da RESEX. A reunião levou quase duas horas até a conclusão do técnico. Durante a apresentação dos slides, pôde-se conhecer um pouco mais sobre os pescadores da reserva, quem são eles e do que viviam além da extração e da pesca. Estavam ali homens e mulheres acompanhados, alguns por seus cônjuges, bem como algumas crianças com seus pais. Havia um jovem que estava alcoolizado e mostrava-se impaciente com o longo tempo da reunião, saindo e retornando à sala. Aris, um dos pescadores mais experientes da reserva, era participativo e, constantemente, fazia perguntas

---

<sup>37</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

ao técnico do IBAMA e aos demais pescadores. Uma das questões mais discutidas, e que seria continuada em outro momento, dizia respeito a quem tem direito, enquanto morador e pescador, de fazer parte do quadro dos associados e usar os recursos da reserva.

Encerrada a participação do técnico, Faber apresentou-nos aos pescadores e pediu-nos para que falássemos sobre o objetivo da minha visita. Ao falar um pouco sobre os propósitos, Val, pescador, e um dos associados com maior tempo na reserva logo se manifestaram contrário a nossa visita, alegando a falta de compromisso dos pesquisadores com a comunidade. Disse que, até bem pouco tempo, uma das pesquisas apontou as condições de manuseio do berbigão insalubre, usando a palavra “porcos” como constante no documento do ICMBio.

Outros pescadores se manifestaram no mesmo tom de indignação com os trabalhos de pesquisa realizados e com os quais colaboraram sem ter um retorno que trouxesse benefícios ao comércio do berbigão. A maior queixa era a falta de recursos financeiros àquela comunidade, sem imediata solução por parte dos técnicos colaboradores que pudesse significar aumento da renda das famílias.

A ênfase da contestação dos pescadores é que não houve, nas pesquisas ali já feitas, nenhuma manifestação que levasse em conta a tradição da extração dos recursos do ambiente, na forma como o faziam, nem o consumo das famílias e a renda gerada pela venda direta a consumidores locais.

No andamento da discussão e argumentação, o secretário da Associação Caminhos do Berbigão confirmou que levaria o assunto desta pesquisa na RESEX para a próxima reunião. Aris, extrativista que trabalhou diretamente com o grupo do plano de manejo, aproximou-se e relembrou os tempos em que fazia coleta e o quanto também ficou desanimado com o resultado das pesquisas.

Embora não tenha material suficiente para fazer uma análise conclusiva sobre o ponto de vista dos extrativistas, em sua relação com os usos dos recursos da reserva, percebe-se que naquele grupo de associados há uma ideia generalizada e forte de que se deve fazer algo de imediato para aumentar a renda das famílias, o que, como já foi observado anteriormente, não condiz exatamente com a percepção dos educadores ambientais do grupo da UNIVALI e o trabalho por eles desenvolvido, objetivando incentivar o manejo sustentável dos recursos.

A divergência de interesses fica mais clara quando a sustentabilidade, presente no discurso dos pesquisadores da UNIVALI e funcionários do IBAMA, fica apenas na fala de Reni, quando situa, conforme acima descrito, as diferenças a respeito das práticas de extração

do berbigão entre as famílias que vivem na reserva e as que ficam fora da reserva. Algumas pessoas, afirmou ela, haviam internalizado princípios de sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, cuidados com o alimento e a importância disso para a saúde da comunidade como um todo, principalmente, dois pescadores que contribuíram diretamente com a elaboração do documento para o ICMBio.

No entanto, o que se presencia nas reuniões, por parte dos funcionários do IBAMA, com apoio de pesquisadores, são as atividades de definição de quem fará parte da reserva e os critérios de seu uso. Por parte dos extrativistas, há divergências, receios e reivindicação de imediato retorno financeiro para a reserva.

Passaram-se muitos anos, devido à obra de construção de túnel de acesso ao sul da ilha e, somado a isso, mais alguns anos de obra embargada, por se tratar de região de mangue, rica em biodiversidade, onde está localizada a reserva, para que os pescadores, hoje, alguns aposentados ou trabalhando em outras atividades, voltassem à sua pesca e extração do berbigão.

Neste caso, reiniciar as atividades de pesca e extração do berbigão, sem respeitar o que os pesquisadores apontaram como escassez de recursos e tempo para procriação das espécies da região, devido ao impacto sofrido em decorrência das obras, é negar o princípio de sustentabilidade da reserva. Este é outro aspecto da estratégia de definição de critérios para uso dos recursos da reserva, por parte dos funcionários da RESEX.

Aliar esse princípio ao que mais interessa hoje aos extrativistas é o que, de fato, acaba dificultando o andamento do processo de constituição da reserva.

Disso, podemos seguir Pereira (in Santos & Carreño, 2010), ao questionarmos sobre as motivações desses dois grupos. Para Pereira, o trabalho não deriva mais de um valor intrínseco ou *a priori*, mas é dado como um meio pelo qual as pessoas buscam o que realmente desejam. No caso dos extrativistas, seu trabalho deixou de ser um prazer; a realização de suas vidas por meio dessa atividade parou de ocorrer em nome dos sacrifícios advindos do contratempo da obra, dos embargos e do período de restrição à pesca para a recomposição dos recursos. Para eles a motivação se dá pelo que a atividade extrativista irá render em termos de valores financeiros.

Na mesma linha de Pereira, Mosquera e Stobäus, adotando o enfoque crítico à sociedade contemporânea, na qual, cada vez mais, os trabalhos estão hierarquizados pelo nível de preparo e especialização em nossa cultura (in Santos & Carreño, 2010), relembram o jovem Marx, através de Erich Fromm (1975), quando este coloca que o trabalho

Não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienante é claramente atestado pelo fato de, logo que não ache compulsão física ou outra qualquer, passar a ser evitado como uma 'praga' (Mosquera e Stobäus in Santos & Carreño, 2010, p. 72).

Temos assim um repertório de argumentos confirmando a insatisfação dos extrativistas com o modo de como o processo de constituição da reserva está se dando, uma vez que, para os pesquisadores e técnicos ambientais, o *modus operandi* ocorre através da conscientização do uso sustentável dos recursos. Esta estratégia vem, aos olhos dos extrativistas, funcionar mais como slogan. Para os pescadores e extrativistas, o *modus operandi* é o processo de constituição da reserva enquanto possibilidade de comercialização dos produtos locais.

De outro modo, observa-se que, são os ganhos em termos de dinheiro que mais pesam hoje naquela localidade. Não deixaram, com certeza, de gostar do que fazem, mas o trabalho em si não é o suficiente para aguardar tanto tempo sem ter as mínimas condições de saúde e moradia.

Diante disso, vimos, até aqui, que a sustentabilidade deve encerrar nela um conjunto de elementos que se entrecruzam no decorrer de ações de indivíduos, em busca de seus interesses.

Ao começar tratando teoricamente da sustentabilidade, apontaram-se os desajustes do mercado de produtos e consumo em decorrência da tomada de decisões políticas a partir do que se discute atualmente sobre meio ambiente. Assim, compreende-se que há um esforço por parte da economia de mercado capitalista em reorganizar-se, tendo em vista a perda de mercados como consequência da escassez de produtos, bem como uma retomada política a favor de projetos sustentáveis, como o demonstrado pela experiência da RESEX. No caso da Costeira do Pirajubaé, não se pode criticar a atitude nada sustentável dos extrativistas em relação aos recursos naturais. Nesta situação, os motivos foram gerados por fatores externos que passaram a ser internalizados, a ponto de que qualquer ação educadora pareça ser ineficaz na conscientização do uso dos recursos.

#### **4.1.2 Os planos Slow para a Comunidade de Pirajubaé**

Conforme os fatos levantados no item anterior, passaremos a analisar o olhar de um movimento sobre o qual recai a prática sustentável, principalmente em localidades pouco

assistidas pelo poder público. Refere-me assim ao movimento *Slow* e a sua relação com o berbigão.

Para isso, recoloca-se a experiência de quem está envolvido com o movimento *Slow* e de que forma pensa a relação desse movimento com as comunidades, que têm, por base financeira, a produção de alimentos. Nosso interlocutor é Ulisses Farias, representante do movimento *Slow* na Grande Florianópolis. Seu relato foi dado em sua residência, no município constituinte da Grande Florianópolis, São José. Ulisses é Chefe de cozinha, com formação superior em Gastronomia e com experiências junto ao *Slow*. Em nossa conversa, ressaltou a importância desse movimento e como que ele mesmo tem tentado estabelecer uma conversa mais estreita entre o movimento e os extrativistas da comunidade de Pirajubaé.

Ulisses ressalta, com profunda clareza, o contexto em que o *Slow* se apresenta no Brasil:

Aqui, dentro do Estado de Santa Catarina, como todos os Estados da Federação, têm um representante do movimento *Slow*. Ele pode ter uma grande participação dentro do movimento, ou ele pode ter apenas uma pequena participação, ou pelo menos uma representatividade (...). O Brasil, lá fora, principalmente para o movimento *Slow Food*, o Brasil é um continente, não é um país, tanto é que agora tivemos um direcionamento das pessoas que fazem, *né*, que é a Bia Tosi e a Mariana Guimarães, que são as representantes do Brasil lá na Itália, no *Slow Food*. E daí, o Carlo Petrini, que é o presidente que vem agora, no Rio de Janeiro, vai participar. Eles fazem questão que o Brasil participe da Rio+20, que é aquela ação, aquele movimento internacional (...) discutindo sobre o processo ecológico, sustentável, e o Brasil vai fazer uma grande representatividade lá dentro, porque o movimento *Slow Food* vai *tá* muito forte lá dentro agora; então nós já começamos a entender os direcionamentos, o que nós temos que trabalhar de uma forma micro em relação ao macro, *né*, que são eles lá.

O que se desvela em sua fala é a crença e o valor atribuído à força do movimento na condução de seus projetos e os encaminhamentos a serem feitos como demonstrado na participação dos representantes e do presidente do *Slow*, Carlo Petrini, na Rio+20.

A partir disso, a seguir, ele refere-se, mais especificamente, ao alimento que se destacou em Florianópolis, o berbigão:

Florianópolis, ela tem uma fortaleza do alimento. Nós temos um convívio (...) existe um convívio e, dentro de um convívio, tem que ter uma fortaleza do alimento que representa um alimento. E o alimento que nós representamos é o berbigão (...) aqui em Florianópolis é a Fortaleza do Berbigão.

Imagem 4 - Berbigão sendo descascado<sup>38</sup>



Para entender melhor, o *Slow Food* usa a palavra latina *convivium*<sup>39</sup> para nomear seus grupos locais e, assim, cada “convivia” passa a ter o objetivo de promover os sabores de sua região, por meio de recepções ao local onde o alimento é produzido, palestras e degustações. A Fortaleza é um passo maior; ocorre após a catalogação dos alimentos na Arca do gosto, de maneira a fazer com que haja um “desenvolvimento da qualidade dos produtos nos territórios (...) São pequenos projetos dedicados a auxiliar grupos de produtores artesanais e preservar os produtos artesanais de qualidade”<sup>40</sup>. Assim, vê-se o quanto é estruturado o movimento *Slow Food*, não só no Brasil, mas estando representado em 150 países.

<sup>38</sup>Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

<sup>39</sup> “*Convivium* é uma palavra Latina que significa ‘um festim, entretenimento, um banquete.’”, conforme site do movimento <http://www.slowfoodbrasil.com/convivium>

<sup>40</sup>Conforme site do movimento <http://www.slowfoodbrasil.com/convivium>

Quanto aos alimentos, Ulisses diz o seguinte:

Até então, o berbigão era o único produto dentro da Arca do Gosto que representava Florianópolis; agora não é mais, porque entrou o pinhão, também agora. (...) E aí *ficou* os representantes mesmo, aqui, dentro de Santa Catarina, esses dois produtos: é o berbigão e o pinhão. Aí, agora, existe também uma Fortaleza na Serra Catarinense (...) do pinhão, entendeu?

É importante observar aqui que o berbigão, como colocado por Ulisses, não aparece como uma Fortaleza no site do movimento *Slow*. Também fica a suspeita quanto ao que ele afirma quando se refere ao berbigão como sendo até então o único alimento da Arca do Gosto.

Posteriormente, Ulisses refere-se às exigências do movimento para catalogar o alimento.

O alimento, para entrar para o *Slow Food*, passa por uma série de testes, uma série de comprovações. E aí, o que é que acontece? Tem muitos produtos, dentro de Santa Catarina que *tão* para *entrar dentro* do movimento, *né*, mas ainda não entraram porque ainda não conseguiram levantar todas as... De forma nenhuma ele tem que pertencer a um processo de comercialização em grande escala. Se ele tiver dentro (...) ele já é descaracterizado, não entra. Então, na verdade, o alimento tem que ser típico daquela região; ele tem que representar a tipicidade gastronômica, ele não pode de forma alguma...ele tem que ter seu processo de sustentabilidade dentro do meio em que ele vive; e ele não tem que ter nenhum tipo de comercialização de grande escala.

De fato, o *Slow*, em sua filosofia, atribui importância ao que é cultivado, de forma a respeitar os princípios de uma alimentação saudável e não causadora de danos ao meio ambiente. O objeto principal para isso é o comércio entre os pequenos agricultores e produtores em geral de pequeno porte. Isso está explícito na forma como o *Slow* organiza feiras, mercados e eventos gastronômicos locais, embora alguns tenham um caráter internacional.

Decorrem disso os apelos do movimento em favor do consumo de alimentos orgânicos, limpos e saudáveis, que vai de encontro ao consumo *fastfood* e enlatados nos “*supermarket*”.

Em relação à Costeira do Pirajubaé e à RESEX, Ulisses tem uma versão particular dos entraves para o desenvolvimento com qualidade da atividade de extração do molusco berbigão. Para ele, um dos problemas seria o cadastramento dos moradores do bairro que sempre tiveram sua renda principal proveniente da atividade de extrativismo e pesca.

O grande problema da RESEX, e volto sempre a dizer, tem muitos pescadores ali que não são locais; eles não são típicos da região. São pessoas que moram muitos anos ali, mas eles vêm de uma outra comunidade. Então, por exemplo, se eu fosse discutir contigo o processo (...) processos culturais nossos, principalmente dentro de minha área, que é a cultura gastronômica, (...) qual é hoje a representação máxima que existe da gastronomia típica? Eu ia dizer pra ti assim , ó, pirão d'água com berbigão ensopado. Essa é a preparação mais típica que existe, porque é o que temos de mais antiga, descrita nos relatos, só que, gastronomicamente, ela não, ela não é tida como uma preparação gastronômica, porque, porque existe todo um processo cultural, existe todo um processo de tipicidade local, por exemplo, a farinha (...) de mandioca mais polvilhada, que existe no Brasil, é a nossa, que conseguimos fazer sete tipos de pirão, que com toda farinha do Brasil inteiro, tu não consegues fazer, só aqui consegue fazer. Tu *entendeu?* Por isso que não foi indicado como preparação gastronômica. Até isso nós estamos brigando (...) então tudo isso tá no contexto, estamos brigando com coisas, meu deus, muito, muito... e, lá dentro da RESEX, não podia ser diferente, tem pessoas lá que estão brigando por pesca, tem pessoas que estão brigando por divulgação, problema do ecossistema que lá existe, tem pessoas que estão brigando por dinheiro; *tá* tudo dentro do processo da organização da RESEX.

A questão principal, que aparece no relato de Ulisses, acaba sendo a forma como aquela comunidade está organizada para enfrentar os problemas de infraestrutura local, sendo a própria sede da RESEX improvisada em um prédio do IBAMA; há também a falta de consenso quanto a quem cabe o mando da RESEX, estando, até alguns meses antes da entrevista, nas mãos da servidora do IBAMA, referida aqui como Faber.

Um dos motivos que levou à saída da *Faber* foi isso, a falta de organização em que o que impera o que que é? É a pessoa olhar para seu interesse próprio. Aí mudou a direção, as pessoas que entraram lá não queriam mais a *Faber*, (...) tava conduzindo a situação de uma forma muito boa, muito legal (...) o que teve de avanço, o que conseguiram de liberação dos fundos, o que era de direito da RESEX, tudo na gestão da *Faber*. E aí o que que acontece? Mudou a direção, porque na verdade, a RESEX, ela é uma organização (...) na verdade a Faber trabalha no ICMBio, *né*, a Faber não é da RESEX; ela só faz a mediação, então eles têm um conselho deliberativo, então eles foram lá, e não queremos mais ela.

As reuniões entre os pescadores, os extrativistas e demais moradores da Costeira com os técnicos tinham por objetivo estabelecer os critérios para o cadastro de famílias que realmente viviam da pesca e do extrativismo, bem antes da construção do túnel da baía sul.

Imagem 5 - Casas autuadas em ocupação irregular dentro da RESEX – imediações do Trevo do Rio Tavares<sup>41</sup>.



Na RESEX, tem classificação do extrativista. Tem o extrativista que vive da extração do camarão, tem o extrativista que vive da extração do berbigão e tem extrativista que vive da pesca, então, *tão* tudo dentro da reserva extrativista. São vinte e nove famílias, que até então, são essas vinte e nove famílias que estão cadastradas, que representam o processo extrativista da Costeira do Pirajubaé. Só que tu *vai* numa reunião lá, tem muito mais do que isso, ou seja, são pessoas de fora que têm um *puta* de um interesse, e que de certo modo começa a desvirtuar o processo...

Neste caso, deve-se considerar a dificuldade de identificar as famílias ou moradores que viviam exclusivamente dessa atividade. O principal motivo é que nem todos os moradores viviam somente da pesca ou do extrativismo do berbigão. Muitos, para complementar a renda, tinham outros trabalhos no comércio local.

Ulisses também chama a atenção para um evento do movimento *Slow* que é o *Slow Fish*. Esse evento internacional ocorre na cidade de Gênova, na Itália, e procura reunir pescadores, produtores do ramo e consumidores para discutir e apresentar formas de evitar o

<sup>41</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

esgotamento da pesca, dos produtos advindo dessa atividade e viabilizar, de maneira sustentável, os alimentos marinhos<sup>42</sup>.

Ele não se enquadraria no processo *Slow Food* como um alimento de cultivo. Então, dentro do movimento *Slow Food*, existe o *Slow Fish*, (...) O *Slow Food* não trata só de produtos, o *Slow Food* trata como da questão do pinhão, questão dos hábitos gastronômicos, dos cantos, das línguas mortas, de todo esse processo, entendeu? Então, na verdade, a arte, a cultura local, os hábitos locais, tudo isso *tá* determinado, dentro do processo *Slow Food* (...) então, o que que acontece? Como existe o *Slow Fish* e o berbigão...

Assim, ele (Ulisses) continua fazendo a comparação entre os alimentos e como que eles são classificados pelo *Slow*.

Ele representa a ilha de Florianópolis, que até então a ilha de Florianópolis ela é conhecida muito pelos pescados do mar, *né*, é... o que que acontece? Na Itália, eles entendem que todo produto sendo de origem animal, de origem vegetal, ele não importa, ele tem o mesmo peso, só que nós não podemos enquadrar dentro de uma política milho com berbigão, por exemplo, que são formas totalmente diferenciadas de extração, de coleta, de...né, na verdade, não existe como plantar berbigão, não existe nem como fazer criação em cativeiro dele.(...) Por isso que ele entrou dentro da classificação do *Slow Fish*, ele é um produto dentro do movimento *Slow Fish*, que está inserido dentro do movimento *Slow Food*.

Importante observar que Ulisses teve contato com muitos técnicos e representantes internacionais do movimento *Slow*. Seu interesse, como veremos adiante, ultrapassa sua área de saber permeando aspectos políticos do movimento.

O movimento *Slow Fish* trata de todos os produtos de origem oceânica, do mar. E aí o que acontece, como movimento tinha acabado de chegar aqui em Santa Catarina, e eles precisavam de pessoas que entendessem do assunto, e como eu tinha muitos amigos dentro do CEPAGRO<sup>43</sup> que já trabalhavam com o *Slow Food*, mas não tinha ninguém que trabalhava especificamente de forma técnica com os produtos do mar, *pô*, “o que que a gente tem, *pô*, o Bira, formado em gastronomia e tal”, e me chamaram e tal. (...) Comecei a fazer Gastronomia para fazer a valorização dos nossos produtos, especialmente do berbigão e outros produtos nossos, não é.(...) E no dia que veio a junta internacional para Florianópolis, foram doze pessoas, eles vieram do mundo inteiro, tal, fazer o teste, e aí eu produzi acho que uns trinta quilos de berbigão e aí eu tive que fazer toda a apresentação gastronômica típica, um estudo muito legal que foi feito, quem me ajudou foi o Peninha, (...) ele é historiador. Ele é geólogo, antropólogo, (...) ele é um grande...é meu vizinho, mora aqui próximo, meu amigo pessoal, e me deu uma *puta* força, e aí a gente mergulhou

<sup>42</sup> Conforme site: <http://www.slowfoodbrasil.com/eventos>.

<sup>43</sup> Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. “É uma organização não governamental, formada por entidades de apoio à Agricultura Familiar, de abrangência regional ou estadual, e por agricultores familiares. Somos credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde 2008, a prestar serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), de acordo com a Política Nacional de ATER. Através do Núcleo Litoral Catarinense, o Cepagro é membro atuante da Rede Ecológica de Agroecologia, que tem como objetivo principal, dentre outros, o desenvolvimento e a viabilização da Agroecologia em todo o Sul do país.” Conforme site <http://www.cepagro.org.br/>.

nesse mundo da cultura açoriana (...) e aí nós conseguimos reunir toda a documentação necessária...

Abaixo, veremos que o Slow Food mantém seus escritórios em pontos geopoliticamente estratégicos. É o caso de seu escritório em Brasília – DF.

Então, é assim, *ó, pro Brasil*, o berbigão, ele é o primeiro produto de origem animal a entrar na Arca do Gosto, no Brasil inteiro. Aí depois dele entrou o caranguejo (...) na Bacia Amazônica, depois entrou outro que é um peixe que é o Pirarucu, e aí esse foi entrando logo após, mas o primeiro origem animal foi o berbigão de Santa Catarina. Então aí, por conta de tudo isso, eu fui a Brasília, não é? Primeiro teve o Terra Madre<sup>44</sup>, aqui, fui representar o berbigão daqui para...de forma nacional e, depois, eu fui para o Terra Madre, não é... Aqui ele acontece em Brasília. Porque em Brasília é que está o escritório central do *Slow Food* no Brasil, não é, (...) o cerrado por ser a maior biodiversidade - não é? - alimentar do mundo, do país, então *concentrou-se* todas as pessoas envolvidas com o movimento lá.

Sua experiência na RESEX se deu pelo interesse no berbigão como prato típico da Grande Florianópolis, de origem açoriana. Ulisses retrata sua entrada na RESEX de forma pontual, o que veremos no decorrer de sua entrevista.

E aí (...) E hoje eu trabalho com o pessoal da RESEX, *né*, mas de que forma, é...tem como eu ir lá dentro e fazer alguma coisa, não. Por quê? Porque assim, *ó*, tava todo mundo na dependência de sair a sede, que é aquela que foi embargada, agora, e um monte de problema. Não apresentaram as certidões que deviam apresentar. O IBAMA autorizou e agora a prefeitura embargou, apresentaram *pro* IBAMA, não apresentaram para a prefeitura, e aí ficam algumas coisas assim, e o que acontece? Nós precisaríamos de uma sede, aí sim, tendo uma sede nós teremos ações do movimento *Slow Food*, concentração, e chegar junto aos pescadores e tentar junto com eles, fazer um processo (...) de valorização do trabalho deles.

---

<sup>44</sup>Terra Madre é um evento que procura reunir comunidades do alimento “que trabalham pela sustentabilidade de seus produtos alimentares, pela qualidade que confere sabor excepcional e pelo respeito ao ambiente e ao povo”. Interessante é como que a definição de comunidade do alimento se identifica com um mercado de produtos alimentares de pequena escala, nas palavras de Carlo Petrini: “Uma Comunidade do Alimento é uma entidade **fisicamente identificável**, que tem valores, interesses e propósitos comuns e que está engajada através da proteção das sementes, colheita, produção, cultivo, pesca, processamento de alimentos, distribuição de alimentos, marketing, educação e outras atividades eco-gastronômicas, trazendo produtos artesanais produzidos em pequena escala para os consumidores” Conforme site <http://www.slowfoodbrasil.com/comunidades-do-alimento>.

Em sua fala, identificamos situações e circunstâncias que aparecem também nos relatos de Faber, ex-chefe da RESEX e de Reni, ligada à UNIVALE. A falta de uma sede da RESEX, dentro da reserva, já se torna um problema, segundo Ulisses. A casa alugada que abriga o escritório do ICMBio não garante um ambiente de trabalho favorável nem às atividades dos técnicos do IBAMA, nem às atividades dos representantes da RESEX, extrativistas e famílias que lá se reúnem quase que quinzenalmente para tratar dos assuntos pertinentes à reserva.

A RESEX não tem sede (...) eles têm uma casa... é alugada aquela casa, não é a sede. Todas as vezes que nós fizemos a reunião lá sempre deu briga, porque ela é muito pequena, ela não é favorável à discussão, porque a metade fica lá dentro e outra metade fica lá fora.

Como seu interesse na RESEX é levar a filosofia do movimento *Slow*, Ulisses, além de propiciar um ambiente próprio para as discussões com os extrativistas e pescadores, ressalta o quanto toma o cuidado de não incorrer em ações que comprometam a própria estrutura da RESEX, bem como os interesses das famílias envolvidas coma reserva.

Todo um processo que tá sendo permeado em relação a tudo isso, que a gente tentou, eu tentei trazer aqui para a escola do mar da prefeitura de São José, que eles abriram, felizmente, para que eu pudesse trazer os pescadores e falar pra eles, *né*, o valor que tem o cadastramento de um produto deles, dentro de um movimento internacional, como esse e tal, só que não teve jeito, não teve jeito, muito complicado e nós não podemos, em hipótese alguma, criar qualquer tipo de problema em relação ao processo organizacional deles, tanto é que a gente trabalha de uma forma muito mais por fora do que propriamente por dentro. Então, assim, eu tenho representantes do berbigão, eu tenho representantes do peixe, *né*, do pescado, eu tenho representantes dos outros produtos hídricos que temos aqui, mas assim, a gente faz ações paralelas, a gente faz palestras, nós estamos fazendo palestras, divulgação do movimento, a importância que o movimento tem em nossas vidas, a questão da valorização da cultura gastronômica, a questão da cultura, (...) digamos assim, importância do ecossistema sustentável *prá* não erradicar esses produtos, *tá* entendo, então é o que estamos fazendo agora, mais do que isso é impossível, porque é assim...

Ulisses refere-se a Aris, um dos moradores e extrativistas mais velho da Costeira, como dentre os poucos que compreenderam e tomaram a iniciativa de seguir discutindo o futuro da RESEX conforme os ajustes tanto apontado pelo técnicos do ICMBio, quanto pelo programa *Slow*. Mas ressalta seu isolamento em relação às demais famílias.

Em uma conversa com Aris, ficaram claras as divergências entre os extrativistas mais velhos e antigos da reserva. Do lado oposto àqueles que se aproximavam dos técnicos, estavam os interesses daqueles que pensavam ser melhor, ao invés de se constituir uma cooperativa, a reserva usar as verbas da união para sustento e apoio para a produção familiar

do berbigão. Dessa forma, cada família teria seu próprio intermediário, como o que acontece atualmente. A diferença estaria na melhoria das condições de trabalho e ajuda de custo.

Já teve casos de *vir* políticos me chamar e perguntar o que eu *tava* querendo com isso, de forma qual era o meu interesse político em relação (...) eu não tenho interesse político nenhum (...) então aí sempre foi muito eu e o seu Aris. Só que o Aris, ele meio que foi banido do processo, porque o Aris sempre lutou muito pela valorização da mão-de-obra, pela valorização da sustentabilidade, pela valorização do processo gastronômico, da cultura gastronômica do berbigão, e o pessoal não, o pessoal não entendeu isso, o pessoal pensou que ele *tava* querendo confete...

Ulisses refere-se aos nomes Carlos e Brito como novos “presidentes” da RESEX. Brito foi um dos meus entrevistados. Participante ativo de todas as reuniões, interessado em desenvolver a cooperativa dos extrativistas, sempre fez a intermediação entre os técnicos do IBAMA, pesquisadores e as famílias da reserva.

E aí agora entrou o Brito, porque o Solano, que é o novo presidente, Solano, da RESEX, agora o representante do ICMBio na RESEX, hoje o presidente é o Carlos e o Brito. Brito é um guri bom, gosto do Brito, o guri tem uma faculdade, é um cara formado, um cara bom, ele tem um (...) só que o problema do Brito ele *tá* sendo manipulado. Então ele não *tá* entendendo em... o processo. Eu *tô* tentando chamar o Brito, conversar com ele. (...) Porque é assim, *ó*, existem as vinte e nove famílias, têm umas quatro cabeças que são líderes, (...) são líderes mais velhos, só que são totalmente despreparadas, totalmente desprovidas de qualquer tipo de conhecimento básico *pra* ti saber o que *tá* aplicando ali.

Um bom exemplo do grau em que as divergências se acentuam é a demonstração das necessidades que foram se acumulando durante o período em que as atividades de coleta de berbigão e pesca foram paralisadas em decorrência da construção do túnel da baía sul. Isso aparece nesta continuação do relato de Ulisses, que revela, antes de tudo, o desencorajamento que vive parte das famílias do Pirajubaé. De outra forma, revela o quanto a reserva precisa de assistência técnica, jurídica e ambiental.

Tem um cara que chega na assembleia daquelas com os *cornos* cheios, aí começa a falar besteira, aí vê que tu fala alguma coisa *prá* ajudar, começa “*eu quero saber quem tá roubando*” (...) Chegou uma verba do ICMBio *prá* comprar um projeto, comprar um barco *prá* fazer a patrulha no entorno da RESEX, *pra* saber se tem alguém...*né*, porque ali é um berçário (...) O berbigão, ele só existe na baía sul, na baía norte ele não existe (...) todos os municípios que estão banhados pela baía sul, que é Palhoça, São José e Florianópolis têm um grande problema, porque Palhoça não existe nenhuma ação voltada à sustentabilidade e São José se terminou. Então, todo mundo desses municípios correm *prá* lá, *prá* querer pegar o berbigão lá, só que o manejo que é feito de uma forma sustentável por eles lá não é obedecida pelas pessoas que são daqui (...) eles nem trabalham com *rastel*, nem trabalham com...(...) então o que acontece, eles têm que ter um barco que faça todos os dias uma averiguação *prá* saber se existem pessoas coletando de forma desordenada dentro do banco de produção do bolsão, que nós chamamos bolsão de produção. Se tiver, vai

lá ver se *tá* dentro, senão, já coloca tudo na água (...) vem uma verba *prá* comprar esse barco, três ou quatro pessoas daquelas acharam que essa verba tinha que ser *prá* eles, que eles eram mais velhos tinha que ser dinheiro *prá* eles, *pô*, mas é um projeto institucional, nós *tamos* falando de governo federal, *tô* falando de verba federal, (...) isso sai do governos e tem que ir para o CNPJ que ali sim tem que fazer a divisão, tu tens que fazer a prestação de contas daquilo, é óbvio, mas, na cabeça deles, não entendem isso, então é onde eles acham que tem gente que *tá* roubando dinheiro é onde tá acontecendo todo o processo.

Interessante observar a divisão do trabalho de extração do berbigão. Assim como a atividade pesqueira, os homens ficam com aquela que parece necessitar de mais força e experiência acumulada pelos séculos, ou seja, eles fazem a coleta, enquanto as mulheres ficam com a tarefa de preparação do molusco para armazenamento e posterior venda.

E, uma outra peculiaridade muito legal de saber que é o seguinte, o processo de extrativismos lá dentro, ele obedece uma regra que é muito legal, por exemplo, quem faz a coleta do berbigão são os homens, quem faz a manipulação, a extração e a venda, são as mulheres, então, assim é onde entra e aí *entra dentro* de um processo familiar. Por isso que foi cadastrada as vinte e nove e não vinte e nove extrativistas, entendeu? Porque quando tu cadastras vinte e nove extrativistas tu *tira* do processo familiar e aí tu *abre* muito mais brechas pra muito mais problemas. E assim, um outro estudo que eu fiz, quem são essas mulheres, quem *é* essas pessoas, geralmente são pessoas analfabetas, pessoas doentes...

Imagem 6 - Foto de mulheres trabalhando no descasque do berbigão<sup>45</sup>.



Ulisses é Bacharel em Gastronomia pelas Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina; por isso, muito do que relata tem correspondência com o seu TCC, como também se refere constantemente ao seus estudos na época.

*Né*, por exemplo, tem um estudo que eu fiz, uma pesquisa dentro das condições higiênico-sanitárias que se realmente, assim, *ó*, setenta por cento do berbigão que é consumido hoje pela população sai da RESEX, setenta por cento desse berbigão que sai, *é*...ele não é manipulado da forma certa e se as pessoas soubessem da forma como ele é manipulado ninguém consumiria (...) outra característica (...) quais foram os verdadeiros motivos que levaram ao processo, porque o berbigão *tá* em vias de extinção, *né*, tanto é que não existe nenhum grande bolsão. Quais foram os verdadeiros motivos que levaram à extinção ou levaram ele a este caminho da extinção? Primeiro, os aterros hidráulicos descontrolados, *né*, por causa do processo de crescimento urbano, desordenado... Segundo, e cruel demais, a coleta totalmente desordenada, não sei se tu sabes a proporção que precisa do berbigão com casca pro berbigão sem casca. Pra ti conseguir um quilo de berbigão descascado, precisa de dezenove quilos de berbigão com casca, então é dezenove por um, sendo que na Itália, na Itália tem o nome de *vôngole*, na Itália, ninguém come ele descascado

<sup>45</sup>Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

porque não tem valor, na Itália, o quilo do berbigão com casca tu *compra* mais ou menos a vinte e três euros o quilo. Aqui, tu não encontras *prá* vender com casca, mas pra quem coleta, vende com casca também, chega-se a vender a um real e cinquenta o quilo, um real. (...) e o verdadeiro valor nutricional gastronômico do berbigão está nele com casca (...).

Imagem 7 - Expansão de aterro na área de transição de manguezal, no entorno da RESEX – Jardim Santos Dumont, bairro Carianos<sup>46</sup>.



Acima, vemos uma correspondência entre o estudo de Ulisses e o que foi colocado no relatório da consultora Karen Follador Karam, já mencionado, que ressalta as condições precárias de trabalho das famílias da reserva. É importante destacar aqui o quanto esta observação no estudo de Karem foi questionada pelos extrativistas, alegando estes que não houve critérios de discernimento entre o que eles necessitavam e o que lhes restava fazer para manter a produção do berbigão. Consideraram um grave ataque às suas atividades, o que, posteriormente, implicou a recusa ao acesso à reserva por novos pesquisadores.

<sup>46</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Ulisses retoma os trabalhos conjuntos entre o *Slow Food* e outras entidades, como o CEPAGRO, IFSC e, de certa forma, com o apoio de alguns políticos.

Agora vou falar um pouquinho do *Slow Food* de uma forma mais geral. (...) Tem o CEPAGRO. O CEPAGRO é um órgão criado justamente *pra* trabalhar essa questão mais social da agricultura, então, tem pessoas da CEPAGRO desenvolvendo grandes projetos. Hoje nós temos aí a revolução dos baldinhos que trabalham com resíduos orgânicos de dentro de uma favela e que eles trabalham com a compostagem dentro da própria favela, muito legal, existe o pessoal da CEPAGRO que faz a agricultura urbana, muito legal, existem os pontos de cultura que estão através da CEPAGRO também fomentados pelo CNPQ<sup>47</sup> no... que são os pontos de cultura os engenhos de farinha. Então tudo isso *tão* dentro do movimento *Slow Food*, tudo isso faz parte do movimento *Slow Food*, em Santa Catarina. E eles que *estão* fazendo essa grande roda viva, essa grande ciranda do movimento do *Slow Food*, então, hoje, as grandes ações do movimento *Slow Food* tá nesse... esse que tô te falando, CEPAGRO... CEPAGRO, *Slow Fish* com o berbigão, mais alguns chefes de cozinha especial (...) o IFSC<sup>48</sup> também, *né*, o IFSC, que junto com o pessoal da (...) curso criado pelo governo italiano para os descendentes de italianos que vieram por causa do *Slow Food*, vieram fazer um estudo (...) a gente queria fazer mais (...) mas por falta de campo de trabalho, por falta de incentivo dos órgão do governo (...) tem alguns políticos que são parceiros e tal, foram bem coniventes com a ideia do movimento, mas também não se mexem.

Outro problema levantado diz respeito ao trabalho de informação e, mais propriamente, de formação das famílias que produzem, consomem e abastecem o comércio com berbigão. Sabendo-se do tempo de maturidade desse molusco para sua coleta, há todo um trabalho de educação quanto à sustentabilidade da região: tamanho ideal do berbigão, tempo, material de coleta, área de atividade pesqueira e extrativista.

São vinte e nove famílias (...) então essas famílias recebem todo o conhecimento técnico para a sustentabilidade; as pessoas que estão fora não recebem e as pessoas que estão fora, nós estamos falando de milhares de pessoas que também vão pegar berbigão e que não *tão* nem *aí* pra RESEX, e *aí* o que acontece? Que hoje dentro da RESEX, um processo que é muito ruim *pro* sistema, é o que? O atravessador. Porque assim ó, a família da Rosinha tira berbigão (...) desses três, quatro, todo mundo se junta, forma um grande volume e vende para o atravessador, então, dentro da RESEX tem, se não me engano, dois ou três atravessadores que compram de todo mundo toda a produção que tem ali dentro, ou seja, eles estão amarrados na mão (...) na verdade, esses atravessadores eles são distribuidores de frutos do mar. Eles compram a produção toda duzentos, trezentos, quatrocentos quilos que seja de berbigão descascado, *né*, e aí eles vão distribuindo pra todas as outras pessoas que precisam, pra todas as outras peixarias, seja mercado público, *seja* as peixarias do continente (...) seja pra São Paulo, seja pra...(...)

<sup>47</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no site [www.cnpq.br/](http://www.cnpq.br/).

<sup>48</sup> Instituto Federal de Santa Catarina, no site [www.ifsc.edu.br/](http://www.ifsc.edu.br/).

E continua,

Existe uma outra realidade também dentro da RESEX (...) por causa do berbigão, por causa do marisco e da ostra (...) Florianópolis, Santa Catarina ficou mundialmente conhecida como um grande produtor de ostra, não só pela quantidade, mas pela qualidade dos nossos moluscos, (...) diferente do berbigão, o berbigão pra ele ter (...) onde *existe* níveis muito alto de esgoto, não existe o berbigão, então, se existe berbigão naquela região é porque os níveis de poluição são muito baixos e outra, pra ter berbigão, você precisa... precisa de metade metade, cinquenta por cento de areia e cinquenta por cento de material lodoso, que é material em decomposição e, geralmente, quem que faz esse material, os mangues, então assim (...) é um ecossistema muito, muito sutil, muito sensível, por conta disso, a produção de ostra e marisco é muito maior que o do berbigão e aí Santa Catarina ficou mundialmente conhecida (...)

Outro problema relevante, que tem a ver exatamente com as formas como aquela comunidade está tratando de reestruturar-se, a partir da renda para cada família, diz respeito aos atravessadores, que são, atualmente, o contato único com o mercado fora de Santa Catarina.

Por que esses atravessadores começaram agora a ver o berbigão com casca? Eles vão lá na Costeira do Pirajubaé, eles pegam o berbigão com casca (...) caixas, caixas e caixas dele com casca, levam para uma fazenda marinha onde tem só ostra e marisco, colocam em tanques enterrados no chão, que não é o habitat normal daquele berbigão, ficam apenas um dia ali dentro, embalam em caixas de isopor e mandam pra São Paulo dizendo que é berbigão de cultivo daquela fazenda (...) sendo que o que a gente queria fazer da RESEX é uma área sustentável, tanto da produção, quanto de educação ambiental mesmo, sabe, o *Slow Food*, nós temos um projeto muito legal de fazer as escolas do futuro, *né*, com áreas de levar à escola, de apresentar “isso é um berbigão” (...) trilhas no mangue, as pessoas conhecerem o ecossistema...

No que diz respeito ao aspecto econômico-social da comunidade de Pirajubaé, está atrelado a essa atividade dos atravessadores o que se constitui como um dos principais meios de ganhos das famílias. Disso emerge novamente a discussão sobre a necessidade de uma cooperativa com o auxílio do governo, dando suporte por meio do ICMBio, bem como sobre o quanto tais condições para a consecução do projeto de criação da cooperativa tem provocado intermináveis disputas entre os próprios extrativistas.

Outro ator importante, que tem sido um dos principais líderes da RESEX e na comunidade Pirajubaé, aparecerá nas linhas seguintes com o olhar de quem trabalha como extrativista e luta pela comunidade, partindo do viés institucional. Neste trabalho, essa pessoa será chamada de Brito.

Brito é formado em Engenharia de Aquicultura, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mora na Costeira, desde os cinco anos de idade; começou a conhecer a atividade

pesqueira acompanhando seu avô. Devido a isso, interessou-se pelo curso e viu a possibilidade de contribuir com a comunidade a partir de sua formação. Interessou-se, logo, pela atividade de extração do berbigão.

O berbigão é um produto de qualidade; só que a gente não valoriza muito ele. (...) Uma coisa que fiquei muito chateado é em relação ao camarão, a extinção do camarão na RESEX. (...) Hoje, realmente, é muito difícil pegar um quilo, dois quilos.

Por sua preocupação com o aspecto econômico da sua comunidade, relembra a escassez do camarão e atribui a isso, como já mencionado anteriormente, a construção do túnel da Baía-Sul.

Relembra que a comercialização do berbigão começou quando ainda era uma criança; assim deixou de ser um produto consumido como um dos pratos principais da comunidade, para ser vendido no comércio local; posteriormente, passou a ser comercializado nos mercados da cidade e, então, exportado.

Ainda surpreende-se pelo fato de haver pouca informação sobre a reserva. Isso é observado no fato de tantas casas e barracos construídos por pessoas que vêm de outras localidades, dentro e fora de Florianópolis, e que ali passam, além de finais de semana, suas férias. Este é um dos aspectos que dificultou muito na elaboração do cadastro de moradores que vivem da atividade de pesca e extração do berbigão.

Como ressalta Brito, “a minha família sempre teve um rancho de pesca ali”; desta forma, contribuiu muito para o cadastro dos moradores, uma vez que vive e participa há muito tempo na comunidade.

Diante disso, sua participação, diretamente na RESEX, começou após ter concluído o curso de Aquicultura, por ideia de Faber, chefe da reserva, que comentou a respeito da Associação Caminho do Berbigão, a fim de que os pescadores comesçassem a se organizar.

A Associação Caminho do Berbigão tem desde 2005, só que ela foi criada, meio que criaram ela, com a ajuda do IBAMA na época, só que ela não teve um funcionamento adequado porque as dificuldades dos extrativistas de se organizar; muitos não sabem escrever, não sabem fazer a ata, aí, em 2008 e 2009, a gente... bom vamos organizar.

Atualmente, Brito é presidente da Associação, a qual foi muito criticada por Ulisses, pois, de acordo com ele, foi criada justamente com o apoio de uma funcionária do IBAMA e ex-chefe da RESEX, para fazer frente à AREMAPI. Então, com base nisso, conclui-se que se constituíram dois grupos hegemônicos, tentando obter a concessão por parte das vinte e nove

famílias para agir em nome destas. A partir disso, relaciona-se ao que esclarece Aris, pescador mais velho, agora com pouca influência, citado acima por Ulisses como um dos que melhor compreendia a filosofia do *Slow* e, portanto, um dos que fazia frente, junto a Ulisses para o desenvolvimento de uma parceria entre o movimento e a comunidade.

Com a eleição ocorrida em 2012, Brito informa que não houve registro da ata que lhe conferia o cargo para presidente da Associação. Diante disso, haveria outra eleição até final daquele ano. Até então, Brito ficou como administrador provisório.

O que aconteceu é que o ICMBio, assim, falou para nós da necessidade da organização da associação. E a gente conseguiu fazer isso: organizar os pescadores na associação para ir nas reuniões do ICMBio, do conselho deliberativo, para a gente começar a organizar a reserva e também conseguir um benefício.

Nesse momento, Brito se refere à Associação Caminhos do Berbigão, criada em 2005, a qual recebeu certo incentivo de Faber, chefe da RESEX nessa época.

Uma grande reivindicação nossa era sobre a fiscalização na reserva. Só que aconteceu o seguinte, o retorno do ICMBio para nós deixou muito a desejar. Foi muito a questão de promessa, que vai conseguir, por exemplo, o projeto da questão da cooperativa para o beneficiamento do berbigão; já faz dois anos, e até agora a gente não teve nenhum resultado. A questão da fiscalização, a gente vem batendo há muito tempo. Eles tentaram fazer a fiscalização, mas está muito a desejar. Aí aconteceu que os extrativistas, ao invés de cobrar do ICMBio, iam cobrar da Associação. A Associação tem que fazer isso, a Associação tem que fiscalizar. E o papel da Associação é simplesmente solicitar para o ICMBio; a gente não tem como fiscalizar. E aí, no final do ano, aconteceu assim. Os associados não estão acreditando que possa acontecer alguma coisa pela demora do governo, pela demora do ICMBio e pela demora de realmente a gente conseguir fazer acontecer alguma coisa.

Imagem 8 - Ocupação irregular e lixo no manguezal na desembocadura do Rio Tavares, área situada no entorno imediato da RESEX<sup>49</sup>.



Brito ressalta o descontentamento com o ICMBio por parte dos extrativistas. A partir disso, a fiscalização à qual se refere, para a reserva, significa propiciar as condições sustentáveis de manejo.

---

<sup>49</sup> Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Imagem 9 - Extrativistas de berbigão, que residem em área ocupada embaixo da ponte do Rio Tavares<sup>50</sup>.



Sobre a questão das obras, a gente está com um grave problema de desapropriação aqui. Pescadores e extrativistas, que passaram dois anos e a gente não sabe para onde vai esse povo, e se vai ou não vai. A Associação fez uma contraproposta para o DEINFRA, FATMA e ICMBio, sobre como poderia ser diminuído o impacto social da comunidade. A gente entrou com a ideia de fazer uma vila de pescadores, conseguir ranchos de pesca para extrativista que não tem, só que disso tudo muito pouco aconteceu. A gente deu dois passos para frente, mas parece que está dando três pra trás. É delicado, precisa manter a organização do pessoal. Mas a Associação continua, estamos aí. Agora a gente está no período de recesso, precisamos recarregar um pouco as energias.

Com base nessas colocações, a desapropriação, neste caso, tem a ver com a construção de uma via de acesso rápido ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis. A construção da vila de pescadores seria uma forma de amenizar esse impacto

---

<sup>50</sup>Foto extraída do estudo de Karen Follador Karam: “Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade” do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

de descontentamento; segundo Brito, essa medida serve para resolver o problema enfrentado por essas famílias que ficam mais próximas da área em que será construída essa via.

E uma coisa que abalou muito a questão da Associação foi a reserva de Pirajubaé ter ficado quase seis meses sem o chefe da RESEX. Esse foi um grande problema que teve ano passado. Um chefe que tinha, ele simplesmente, de um dia para o outro, saiu. Disse que tinha que cuidar de floresta (...) eles trocaram ele de lugar, não é? E a gente ficou quase seis meses, cinco meses sem o chefe da RESEX. O Ângelo foi o último chefe da RESEX, depois da Faber. Aí veio o Daniel Penteadado, que é coordenador regional, que é responsável por toda a região de Santa Catarina. Só que ele não tem condição de atuar na reserva de Pirajubaé. E a gente ficou nessa promessa de que vai chegar um novo chefe. E sem ter um novo chefe, a gente ficou sem ter o diálogo com o ICMBio. Não teve mais reunião do conselho deliberativo e muitas coisas que era para ser deliberada, para ser decidida no conselho deliberativo, como uma consulta, como assim, esclarecendo o que está sendo feito para o extrativista. A gente deixou de ter essa reunião do conselho deliberativo. E foi uma coisa muito assim... impactante para nós. A gente ficar sem saber o que está acontecendo, o que não está acontecendo. E a promessa é que agora, em janeiro, entre um novo chefe da RESEX, que essa promessa já é de ano passado, porque em novembro não veio, em dezembro não veio, e agora a última é que ele vem em janeiro.

Com o afastamento de Faber da chefia, tanto a Associação, quanto a reserva e suas vinte e nove famílias ficaram desassistidas no âmbito técnico-administrativo. Todo o levantamento de dados, intermediação entre extrativistas e pesquisadores, elaboração de relatórios, consultas prestadas, agendamento de reuniões, etc, enfim, todas essas atividades passavam pelas mãos de Faber. Sem chefe fixo, todas as demandas ficam paradas.

Até mesmo questões como o local da sede se tornam problemáticas, o que se pode perceber na declaração a seguir:

A sede atual da reserva é uma casa alugada, que o DEINFRA aluga para o ICMBio como condicionante via Expressa Sul. A gente ficou sabendo, com Daniel Penteadado, que o DEINFRA está com o aluguel atrasado três meses, e acontece, realmente, de ter a possibilidade da sede do ICMBio sair dali por falta de pagamento do aluguel. E o mais, assim... que a gente fica chateado, é que o DEINFRA começou a fazer a nova sede da RESEX Pirajubaé como condicionante da via Expressa Sul, acho que tu viu aquele prédio abandonado, não é? Perto daquela escola, logo ali, que está meio, que estão depredando, e não conseguiram fazer a sede. A gente vê dinheiro público jogado fora, abandonado, material se estragando, e a gente não tem nenhuma previsão. Metade do ano passado, convidaram a gente, da Associação, para ir numa audiência, lá na Câmara dos Vereadores, para tratar desse assunto. Eu fui lá como representante dos extrativistas. A gente deu apoio para o ICMBio, justamente porque, no mesmo terreno, a gente vai tentar fazer a cooperativa do beneficiamento do berbigão. Só que ficou no vai acontecer e não aconteceu nada. A sede continua ali parada, a obra. A gente não tem nem assim prazo de quando vai iniciar a obra e a sede do Pirajubaé, da RESEX do Pirajubaé, vai ficar pronta.

Nessa fala, pôde-se perceber que Brito chama atenção, novamente, pela falta de critérios do DEINFRA para o uso dos recursos provenientes dos condicionantes para a

construção da via expressa Sul. Tanto o prédio alugado, quanto o terreno em que a construção esta parada ficam na rua paralela à rua principal do Bairro Costeira do Pirajubaé, que, por sua vez, é adjacente à grande via Express sul. Essa é uma localização estratégica para a sede, uma vez que fica na entrada do Bairro sentido centro-reserva e próximo aos ranchos de pesca daquela região.

Ainda no caso das Associações, Brito coloca alguns motivos da extinção da AREMAPI.

A AREMAPI foi extinta. A AREMAPI foi a Associação que ajudou a fundar a RESEX de Pirajubaé. E o auge dela, ela começou em 1992, e ficou atuante, acredito, uns dez anos. Não tenho essa certeza. E ela foi extinta principalmente pelos impactos ambientais da via expressa sul, que aí os extrativistas ficaram proibidos de acessar o mar, pela questão toda do assoreamento, a remoção do aterro, e aí ela meio que quebrou, foi extinta. E a Associação Caminhos do Berbigão vem depois, em 2005, com uma nova gestão. A AREMAPI ficou assim, com uma imagem denegrida, que alguns associados, alguns da diretoria, fez coisa que não era para fazer, que ajudou o DEINFRA a botar draga na RESEX. E aí aconteceu alguns *poréns* na comunidade que ajudou a acabar com a AREMAPI. E, atualmente, só tem a Associação Caminhos do Berbigão, que é a Associação que tem o contrato de direito real de uso da RESEX de Pirajubaé. A gente registrou ata no cartório e agora sou presidente. Teve tempo que ficou parada a reunião com o pessoal. E com a chegada da Faber que foi começando a fazer assim... reuniões pró-conselho. A gente conseguiu resgatar extrativistas que eram da AREMAPI para a Associação Caminhos do Berbigão. A gente tem seu Vado, seu Aris, seu Chimbica, que o pessoal que eram fundadores da reserva, e eles *tão* até hoje no trabalho, na luta com a Associação Caminhos do Berbigão. E aí foi importante esses pescadores estarem juntos com a gente para a gente conseguir trocar uma certa experiência. E a gente ver como que é essa história por eles até o dia de hoje. Por exemplo, o plano de utilização da reserva, ele está um pouco desatualizado. E se você for consultar o plano de utilização que ainda está valendo hoje, ainda é a AREMAPI, que fez o plano. Tem poderes e deveres para AREMAPI. Só que está desatualizado. Ela foi extinta.

Assim, percebe-se o desencontro nas ações praticadas por alguns associados e dirigentes da AREMAPI em relação aos demais extrativistas. Nas palavras de Brito, o que se extraem desses fatos são as contradições de uma Associação investida de deveres para com a comunidade. O que se percebe é que não houve a defesa dos interesses dos extrativistas perante uma obra que conseqüentemente: acarretou em impactos ambientais, impossibilitou o comércio dos produtos extraídos do mar e gerou certa desestabilização econômica na comunidade de Pirajubaé.

Contrastando com esse contexto, a Associação Caminhos do Berbigão busca alternativas diferentes, mantendo contato com todos os órgãos envolvidos, como no caso para a elaboração do plano de utilização da reserva e a cooperativa, como se pode observar nas palavras a seguir.

Estamos dialogando com a Epagri, que é o órgão de assistência técnica do governo, *pra* elaboração desse projeto. Porque a Associação não tem recurso *pra* elaborar esse projeto, que tem engenheiro, arquiteto, e a gente *tá* em parceria com a Epagri. E em conversa com a Epagri, a Epagri em conversa com o DEINFRA, a gente meio que entendeu que vai ser difícil a gente fazer a cooperativa do berbigão só com o recurso do DEINFRA...só pelo DEINFRA vai demorar. Aí é outra polêmica. A gente tem mais de milhões de reais relacionados à compensação ambiental. Tem mais recurso vindo. Só que temos uma história de compensação ambiental, não é assim. Tem extrativista que diz “pô, a gente tem dinheiro na reserva e não conseguimos fazer a cooperativa, não conseguimos arrumar a embarcação melhor pra gente”, e aí é uma outra opção. Com uma técnica como a Janaína, a Fabiane, tem um pessoal, uns dez, eles *tão* vendo que tem que fazer o projeto, dimensionar, e procurar outras fontes de recurso, não ficar só aguardando que o DEINFRA cumpra uma condicionante que nunca cumpre e sem nenhum prazo para cumprir.

O maior desafio da Associação, também, é o entendimento, por parte dos extrativistas, do uso dos recursos que existem. Como esses recursos estão atrelados a determinados condicionantes da construção da via expressa sul, foram destinados principalmente para amenizar o impacto ambiental. Isso significa que tais recursos não podem ser utilizados para o beneficiamento direto dos extrativistas.

Brito observa que isso se repetirá, agora, com a nova obra de acesso ao aeroporto Hercílio Luz.

E outras obras *tão* indo, duplicação Dionísio Freitas, acesso ao aeroporto e atrás não conseguiram cumprir com as condicionantes da via expressa sul. Difícil usar esses, alguma parte a gente pode pegar, a porcentagem, por exemplo, equipamento para a central para a cooperativa do berbigão, mas todo o recurso para montar é difícil.

Outro viés importante para o uso dos recursos e que está na agenda da Associação para discussão é o viés educacional. Ulisses participou de um projeto semelhante que é a Escola do Mar, porém em São José, município da Grande Florianópolis. O objetivo é ter um espaço para preservar a história da comunidade, da reserva e da atividade pesqueira. Com isso, a parceria com o *Slow Food* também está sendo pensada pela Associação.

A gente fez a compensação ambiental pra Infraero, a gente fez o plano de trabalho e uma das coisas que a gente gostaria de fazer, um é aproveitar a sede da RESEX pra fazer a escola do mar. Um galpão pra manter viva a tradição da pesca. Os mais antigos ensinar os mais novos a fazer tarrafa, consertar rede, fazer embarcação, isso era uma das ideias par a usar o recurso da compensação ambiental, uma ideia para a educação ambiental. A gente (Brito e Ulisses) ficou no contato, a gente ta querendo fazer um encontro do Slow Food lá em São José, mas a gente não chegou ir lá na escola do mar não, então, estamos ainda organizando, não é?

A relação do movimento *Slow Food* começou a estreitar-se, cada vez, mais com a aproximação entre Ulisses e Brito. Com questões referentes ao uso dos recursos destinados, ao beneficiamento do berbigão, à definição da sede da RESEX e do ICMBio, à elaboração do plano de manejo, o que é uma das atribuições do chefe da RESEX, como mediador entre a comunidade e os órgãos competentes, Brito tem recorrido ao *Slow*, por intermédio de Ulisses, como interlocutor, na busca de caminhos para o enfrentamento dos problemas.

Assim, as discussões sobre as obras do novo acesso ao aeroporto ganhou assistência jurídica do *Slow*. A preocupação maior está em torno das desapropriações e do deslocamento dos moradores da região.

Isso é uma outra questão que a gente *tá* assim preocupado, e, na última reunião que a gente teve do conselho deliberativo, parece que foi em junho, em julho, a última reunião veio o responsável, representante do DEINFRA, sobre projeto de acesso ao aeroporto, e ele chegou nessa reunião já falando que, na próxima semana, vai começar a desapropriação do pessoal da comunidade. E isso foi um impacto para a galera do conselho. Mas como que vai fazer isso, só que ele disse que ia começar na próxima semana, mas que seria feita uma comissão de representantes da comunidade e de outros órgãos sobre a condição de desapropriação, para ver a melhor maneira de realocar esse pessoal; e a Associação fez o projeto, uma contraproposta e uma das alternativas é tentar fazer uma vila para os extrativistas que fica aqui no aterro da via expressa sul, que fica próximo ao mar, próximo à RESEX. Essa foi uma, só que também aconteceu que o DEINFRA não tinha o projeto final, e a gente teve a reunião com a FATMA, DEINFRA, ICMBio e Associação, e o DEINFRA ficou de apresentar esse projeto final, só que acabou que não teve o projeto final apresentado, a gente sabe que começou a obra de terraplanagem do aeroporto e a gente *tá* meio que a qualquer momento pode acontecer a desapropriação do pessoal sem a gente ter a segurança que vai conseguir é deixar o pessoal próximo à RESEX do Pirajubaé.

Enquanto as obras começam, fica o impasse sobre o destino dos moradores. Todos os órgãos acima, segundo Brito, deixam de atender às necessidades da RESEX. Interessante ressaltar que as obras serão feitas em região de mangue, a qual é uma grande área contendo uma biodiversidade que sofrerá o mesmo impacto em decorrência da via expressa sul. Além disso, existe o impacto social, com a retirada de moradores que vivem há anos e que sempre desenvolveram suas atividades naquela região.

E teve a proposta de colocar o pessoal em São Pedro de Alcântara. Aí como é que o pessoal que é tradicional, comunidade tradicional, vive da RESEX de Pirajubaé vai trabalhar? E até hoje a gente não sabe o que vai acontecer com o pessoal.

Em relação a essa localização, São Pedro de Alcântara fica no município de São José, região continental da Grande Florianópolis.

Então, sobre a duplicação Dionísio Freitas, a gente teve acesso à licença prévia. E para o DEINFRA ganhar a licença de instalação, eles teriam que cumprir alguns requisitos na licença prévia, e um desses era a questão social da comunidade, como que vai manter esses extrativistas, para não ter esse impacto na reserva Pirajubaé. É um condicionante que eles têm que esclarecer para iniciar a licença de instalação, só que a gente não tá sabendo absolutamente de nada, justamente porque a gente não tem mais a reunião do conselho deliberativo. A gente está sem chefe da RESEX e a gente perdeu toda a situação. E agora é o seguinte, a gente solicitou a reunião com o Ministério Público que o ano passado, assim, uma coisa muito boa que aconteceu, que deu, não uma certa tranquilidade, mas sabendo que pessoas estavam apoiando a gente, que o *Slow Food*, através do Bira e também do Fabiano, que também é membro do *Slow Food*, conseguiram dois advogados para Associação. E aí a gente está tendo uma representação jurídica. Até então, a gente não sabia quase nada das leis, a gente conversou com os advogados, entregou papéis, a gente está assim, com maior condição para tentar conquistar nossos direitos, não é? Através dos advogados. Solicitamos essa reunião com o Ministério Público para rever toda essa questão, de condicionantes via expressa sul, novas obras da Dionísio Freitas, beneficiamento do berbigão, que a gente sabe que saiu uma nova lei, uma instrução normativa, para os moluscos e parece que vai ter fiscalização, procedência, qualidade sanitária e aí é outro problema que a gente tem e normalmente quase nenhum extrativista tem o local adequado *pra* manipular o seu produto, não é? Essa normativa que saiu de molusco é para todo o estado de Santa Catarina, para ostra, marisco e berbigão. Assim, não sei o número, é uma portaria, uma normativa que trata de todo o beneficiamento do molusco, o que tem que ter, para comercializar o molusco, não é? E tem aquela história que a prefeitura quer lançar o SIM, selo de inspeção municipal, uma coisa mais simples, mas a gente não sabe quando que vai ter essa fiscalização, não é?

Na entrevista de Brito, cada vez mais, as relações interinstitucionais começam a ganhar novos contornos, principalmente ao se tratar a quem cabe a responsabilidade pela autorização das obras, pelos impactos socioambientais e pelos custos gerados por tais projetos.

Ela passa pelo meio da RESEX, ela corta a RESEX, não é? E para fazer essa obra, eles vão ter que derrubar o mangue, vai ter área que eles vão ter que derrubar o mangue, eu não trouxe aqui a licença prévia, mas tem a quantidade de mangue que vai ser derrubada e eles vão ter que derrubar área de mangue, vegetação do mangue, para fazer a rodovia, e tem locais quando a PROSUL<sup>51</sup> que é a consultora que tá fazendo projeto, a estrada passa mesmo dentro da RESEX, se não é no meio é três metros, um metro afastado dos limites da reserva, e isso é uma questão que, e aí, cadê a área de amortização da RESEX, e esse impacto que vai causar e como vai ser todo esse processo, aí é bem conflitante. E a gente até inclusive entrou no Ministério Público dizendo que essa licença da Dionísio Freitas não caberia à FATMA, e sim ao ICMBio, já que a RESEX é federal, uma unidade de conservação federal, com leis federais, e foi a FATMA que licenciou essa obra. E foi toda uma jogada que era uma obra grande, aí dividiram, fragmentaram ela em três partes e aí fizeram o licenciamento simplificado, não é? Sem o EIA/RIMA<sup>52</sup>, só fizeram o EIA/RIMA de aeroporto, toda uma jogada. A gente até não entende muito, uma obra grande, dividida em três para fazer o licenciamento. A gente tentou argumentar isso, que era para o IBAMA, essa obra era *pra* ter um estudo mais detalhado, mas... Aí os advogados, que através do *Slow Food*, a gente entregou muito papel para eles,

<sup>51</sup> Empresa de Santa Catarina contratada pelo governo estadual para fazer o estudo e desenvolvimento do projeto de duplicação da rodovia de acesso ao aeroporto Hercílio Luz, próxima à RESEX.

<sup>52</sup> Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.

coversamos bastante, e até você que não sabe muito da história da reserva, todo esse histórico, é difícil você entender, não é? Se não tiver um certo conhecimento sobre unidade de conservação, o que é reserva extrativista, o que o IBAMA fazia.

É importante observar o que Brito revela sobre o EIA/RIMA, ao referir-se a ele como dividido em três partes. Aqui, desvelam-se formas de estratégias do Estado em dissolver os riscos ambientais, o que é muito mais que uma estratégia política: é a constatação do uso político/privado de órgãos técnicos.

O que podemos chamar de ingerência desses órgãos contribuiu muito para o que constataram os advogados, disponibilizados pelo movimento Slow.

E a gente entregou para eles, isso faz uns dois meses, eles analisaram e eles viram que o ICMBio ficou muito a dever, deve muito com relação à Reserva de Pirajubaé, tanto a questão de fiscalização, por exemplo, a Reserva foi criada em 92 e até hoje não tem o plano de manejo. A primeira RESEX Marinha do Brasil, e até hoje o ICMBio não conseguiu fazer o plano de manejo. O plano de manejo ele vai dizer tudo o que pode ser feito, o que não pode ser feito na reserva. Quais os pescados podem... é malha, se pode ter turismo, se não pode, todas as atividades dentro da RESEX ela tem que estar escrita no plano de manejo, e esse plano de manejo é uma das normas mais importante da RESEX de Pirajubaé, para qualquer RESEX do Brasil. Eu tive um encontro agora em Arraial do Cabo, que foi o encontro nacional da RESEX Marinha do Brasil, lá tem muita reserva que foi criada depois, 2005, 2006, tem plano de manejo. Já tem toda uma organização, bem mais do que a gente que foi a primeira, a gente tem vinte anos e não conseguiu fazer o plano de manejo, e na época do Ângelo, ele alegava que não tinha tempo para sentar, para escrever o plano de manejo, mas o cara é pago para estar ali, para sentar e escrever, aí a gente tem esperança, que, nesse próximo ano, a gente consiga iniciar o plano de manejo. Aí, nesse encontro, eu tive uma oportunidade, eu fiz uma carta de reivindicação da RESEX de Pirajubaé e a Associação, aí coloquei dezessete itens de reivindicações, e tive oportunidade de entregar na mão do presidente do ICMBio, essa carta. E a gente tá aguardando que a gente tenha uma resposta, um retorno para o próximo ano agora, de todas as reivindicações, que eu pensei que ia fazer umas cinco, mas foram dezessete, só *pra* ter uma ideia de quanta coisa falta *pra* chegar *pra* nós, não é? A nossa ideia inicial era solicitar a reunião ao Ministério Público, estamos aguardando ela ser agendada e, realmente, botar as cartas na mesa. O que o ICMBio deixou de fazer, tanto o DEINFRA, o que deixou de fazer, e a gente gostaria de prazos, não é? Quem fosse julgar, tanto a procuradora, que desse prazos ao ICMBio e ao DEINFRA, para cumprir o que está devendo. Vocês têm até 2014 *pra* fazer o plano de manejo, vocês tem até 2014 para cumprir as condicionantes da via expressa sul, porque senão a gente fica em reunião, para lá e para cá, e a gente não consegue resolver nada, e a questão dos advogados é importante, porque eles têm conhecimento das leis e da representatividade.

Nesse sentido, como se não bastasse a ingerência e a falta de representatividade dos órgãos públicos, novos problemas causados pelo descaso das autoridades na proteção do meio ambiente surgiram com o derramamento de óleo próximo à RESEX.

Eu vi a notícia, parece no Diário Catarinense. Está tendo a questão que o Ministério Público quer que faça a desapropriação, só que parece que está pegando que a área por eles não estão querendo indenizar o pessoal, eles estão querendo arrancar o

pessoal de qualquer jeito, e a gente está bem preocupado, porque tem gerações ali. Tem pessoas que fez filho, tem neto, mais de trinta anos ali, ligaram água, ligaram luz, e a gente está esperando a hora para ir para o Ministério Público, para gente tentar segurar isso aí, porque se não tiver extrativista, não tem reserva extrativista Pirajubaé, acaba com a reserva. E uma coisa atual, que está acontecendo agora, até estou preocupado com a última notícia no Jornal do Almoço, não sei se ficou sabendo de um derramamento de óleo, teve na Tapera<sup>53</sup>, na Celesc<sup>54</sup>, então, eu vi a notícia no Jornal do Almoço<sup>55</sup>, uma dessas está no Click RBS<sup>56</sup>, saiu que aconteceu o seguinte, que uma subestação antiga da Celesc, parece que foram mexer lá, vândalo entrou, tiraram registro de transformador e vazou óleo de tudo. Mais de cento e cinquenta litros de óleo no canal e esse óleo está chegando aqui na baía sul, e hoje a FATMA interditou trinta por cento da maricultura da Tapera até o Ribeirão da Ilha<sup>57</sup>, que o pessoal não pode consumir aquelas ostras, os mariscos e berbigão, só que a distância até Ribeirão é a mesma distância até aqui, e mandei um e-mail para o advogado para ver se isso não está chegando para cá, a gente teria que fazer uma análise da água aqui, também para ver se há essa possibilidade, e é mais um impacto que está acontecendo e a gente está bastante preocupado. Vá que tenha que parar aí a extração do berbigão, dois meses, três meses, e aí, como é que fica a galera, os pescadores, os extrativistas, é bem delicado, é mais uma questão que a gente vai ter que ver. Se parar a atividade a gente não tem nenhuma garantia que vão conseguir algum recurso *pra* manter essas famílias. É outro problema que a gente vai ter que ver.

Como veremos a seguir, Brito busca, através da cultura, uma integração com o *Slow Food* e parcerias com outras RESEX. Fala do conceito de *ecogastronomia*, princípio do movimento *Slow*, pelo qual os alimentos produzidos devem ser enquadrados.

Nesse encontro do Cabo, eu consegui uma parceria com a coordenadora que eu conversei, com a Kátia. Levei o Bira do *Slow Food*, aí a gente está com a ideia de fazer no início do ano o festival do berbigão, que a gente sempre teve vontade de fazer uma festa do berbigão, é difícil organizar uma festa e saber o que vai e o que não vai, e aí como o *Slow Food* é uma questão da *ecogastronomia*, como comer, o que comer, e tem chefes que sabem preparar o prato bom, divulgação, tem essa possibilidade de fazer a primeira festa do berbigão.

A ideia de festa, por si só, revela um aspecto não desenvolvido por Brito, mas que é muito interessante de se analisar. Não tendo sido questionado sobre a importância de uma festa do berbigão, deixa claro, ao falar da sua preocupação com a organização de uma festa, o quão importante isso seria para a comunidade. Analisando essa pré-condição de haver um evento coletivo que pode mexer, alterar as relações e opiniões relacionadas à comunidade e às políticas que fazem parte desse movimento, é pertinente, portanto, citar Montes (1998), para quem “festa” é a ponte entre o público e o privado.

<sup>53</sup> Bairro próximo à RESEX.

<sup>54</sup> A Centrais Elétricas de Santa Catarina é a empresa do Governo Estadual responsável pela distribuição de energia elétrica.

<sup>55</sup> Noticiário televisivo do grupo RBS.

<sup>56</sup> Sítio presente no Portal do grupo RBS.

<sup>57</sup> Bairro próximo à RESEX.

[...] Com sua força integrativa, a festa traria uma perigosa zona de liminaridade, contraditoriamente perpassada pela negação e a atração, a fusão e a repulsa, a sedução e o horror, em cuja ambiguidade mesma as culturas afro-ameríndias haviam podido ao mesmo tempo transformar-se e resistir, integrar-se ao etos católico dominante e nele dissimular ou fundir outras visões de mundo, outros sistemas de crenças e práticas rituais. (MONTES, 1998, p.116).

Isso significa que a festa, para a comunidade de Pirajubaé, assim como ocorreu na integração das culturas europeias e afro-ameríndias no Brasil, remeteria a comunidade a si mesma, ou seja, esse acontecimento festivo emergiria um olhar para si, como forma de constituição de um espaço público a partir do privado. Nessa perspectiva, a festa atrai, integra e impõe uma maior interação entre os participantes, o que parece ser necessário àquela comunidade. Dessa forma, entende-se que a integração social pode fortalecer a “identidade com a terra”, ou seja, a noção de pertencimento, de valorização do espaço pode movimentar ações e atitudes que conseguem validar direitos já encaminhados e até reconhecidos na história de formação dessa comunidade.

Me convidaram para ir para Itália, eu fiquei impressionado, porque eu vou no Brasil, volta e meia me convidam para ir para encontro de RESEX extrativista, e a gente vê como que é a organização deles. Eu fiquei impressionado, a quantidade de pessoas, mais de 150 países participantes, e a organização, não sei se é dos italianos, do movimento *Slow Food*, mas era hora de chegar, tu estava lá, a hora de sair o ônibus, estava lá, a alimentação estava perfeita. Agora eu não sei até que ponto eles podem colaborar com o processo de organização e de assim, a gente conseguir a cooperativa, de organizar a RESEX. A gente tem esperança que o *Slow Food* seja mais um parceiro nosso. Mas acredito que não é só o *Slow Food* que vai resolver todos nossos problemas. Ele vai contribuir com alguma parte, mas teremos que ter outras parcerias, o Ministério Público, políticos quem sabe, o *Slow Food* pode contribuir sim, está contribuindo. Acredito que o *Slow Food* tenha peso na questão política.

Acima, Brito destaca a organização dos eventos do *Slow*, o que confirma a tese do quanto é importante uma festa para a comunidade. Com o encontro promovido pelo *Slow*, entre todos os representantes do movimento, somados aos pequenos agricultores, esse movimento consegue promoção e cada vez maior aceitação de produtores de alimentos dos mais variados lugares. Desta forma, Brito explicita, em sua fala, o imenso desejo que o *Slow* torne-se seu grande parceiro na RESEX.

Brito destaca a participação da FAO<sup>58</sup> no evento do *Slow* e presume ser uma força atuante na política mundial, agregando instituições e pessoas com os mais diferentes interesses.

---

<sup>58</sup> “Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em

Lá, na Itália, estive o representante, o presidente da FAO, a questão da FAO é uma organização mundial. Até trouxe lá um livrinho da FAO sobre o apoio que eles estão dando à pesca artesanal, pesca de pequena escala, contra a pesca industrial. A dificuldade você querer competir, e estão mostrando que a pesca artesanal contribui muito para alimentação mundial, e eles estão valorizando isso aí. O *Slow Food*, ele tem com certeza política. Está em todo o lugar. E tem essa questão também política, e a gente esperava, num primeiro momento, que fosse acontecer mais coisas rápido assim, mas não é *tão* rápido assim. Aí, legal que o *Slow Food* trouxe pessoas para visitar a RESEX, uma questão de divulgação. Para tal expedição da Mata Atlântica, trouxeram um chefe de cozinha, e a nossa Expectativa é que a gente mostre para a pessoa o valor do berbigão, que ele não é só daqui de Florianópolis, ele é conhecido de todo mundo. E é importante o valor, quem é de casa não valoriza o produto. Os italianos vieram visitar-nos e eles não acreditaram como que a gente desperdiçava tanto berbigão, e queria ensinar, que está errado, e a gente está vendo que a gente está aprendendo com eles. Não sei até quando também é o interesse deles em ajudar-nos. A gente realmente está aí trocando.

Brito, indagado sobre o funcionamento do comércio do molusco, delimita o problema e comenta que existem até quatro empresas que atuam diretamente na comunidade. Estas, segundo ele, possuem o selo da S.I.F. – Serviço de Inspeção Federal<sup>59</sup>, o que garantiria a qualidade do produto até chegar à mesa do consumidor. São essas empresas que revendem o produto para todo o Brasil, sendo São Paulo o maior comprador.

Uma lata nossa de vinte quilos a cinco reais, eles vendem cinco quilos a seis quilos a vinte reais. (...) é um preço que não é satisfatório, é um preço baixo, que eles estão ganhando cinco, dez vezes a mais por um trabalho do nosso produto que tem que ir ao mar, toda questão de puxar o gancho, trabalho pesado.

Uma questão que amplia esse problema da comercialização, a partir da própria Associação, a qual pretende formar uma cooperativa, é a capacidade de estocagem do produto. Para Brito, enquanto não houver uma cooperativa, espaço próprio, não há como não vender para as empresas distribuidoras.

Digo para você, se eu tivesse uma tonelada de berbigão, eu vendia tudo para eles. (...) eles têm como estocar também, né? Aí, dependendo da época, eles compram o berbigão por um preço mais baixo e estocam e depois vão negociar. (...) toda semana eles vêm pegar o berbigão, porque eles vendem muito o berbigão *in natura*<sup>60</sup> também, que é o miolinho, sai caro.

---

igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais”. Em <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>.

<sup>59</sup>O Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIF) atesta a qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor. O SIF atua junto a quase 4 mil estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/servicos-e-sistemas/sistemas/sif>.

<sup>60</sup>No caso do Brasil, o berbigão *in natura* não é tão consumido quanto o descascado.

Sendo assim, diante do que foi exposto na fala dos entrevistados e tendo por objeto a comunidade Pirajubaé, far-se-ão algumas referências ao que está publicado no site do *Slow Food*, com o objetivo de apresentar um pouco da estrutura desse movimento e como se constrói o ideário *Slow* a partir das informações sobre os alimentos e os locais de cultivo. Com objetivo conclusivo, tratar-se-á das questões levantadas nesta pesquisa e relacionadas ao campo. Em seguida, passar-se-á às considerações finais.

No site do *Slow Food*, encontramos uma descrição do berbigão, da área de produção desse molusco e dos locais de sua comercialização. Conforme a publicação, a comercialização ocorre por empresas “atravessadoras”, que distribuem o produto e “abastecem o comércio local de frutos do mar, (mercado público, peixarias, restaurantes e supermercados)”.<sup>61</sup> O site também divulga que outros estados do Brasil pagam pelo produto “para abastecer seu mercado consumidor”<sup>62</sup>. Informa que o preço é baixo, em torno de quatro reais/Kg, ao extrativista, chegando a doze reais/Kg, ao seu consumidor final.<sup>63</sup> Não informa quais empresas atuam como intermediárias.

O texto traz, também, um pouco do histórico da Costeira do Pirajubaé, descrevendo sua localização, a RESEX ali criada, com datas, bem como o impacto ambiental sofrido com a construção da Via Expressa Sul, que liga o centro de Florianópolis ao sul da ilha. Isso parece traduzir o trabalho do *Slow* junto com as comunidades, contando as suas histórias a partir da história dos alimentos, o que passa a ser um dos aspectos políticos do movimento. A política entendida aqui como forma de ação social, em prol de melhorias para a sociedade, está presente em toda construção do site. Nesse espaço, há informações sobre a sua filosofia, alimentos e eventos, e, assim, busca fazer com que os visitantes do site, no mínimo, saiam com outra concepção sobre os alimentos e a sua relação com o “comer bem”. Para produzir essa demanda informativa, conta-se com seus representantes diretos que atuam nas comunidades, os quais contribuem para que o *Slow* tenha sucesso. Quem repassa as informações sobre o berbigão para o *Slow* é Ulisses. Atuando como uma voz pró *Slow*, dentro da RESEX, Ulisses medeia a relação entre o movimento e a comunidade. Contudo, é necessário pontuar ainda um aspecto na relação entre *Slow*, seus representantes e produtores de alimentos. Tomaremos para isso o caso de Ulisses.

Antes de se tornar representante do *Slow*, Ulisses já atuava como chefe de cozinha e sempre teve grande interesse no berbigão por ser um alimento cultivado na localidade onde

---

<sup>61</sup> Em: <http://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil/330-berbigao>

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem, ibidem

fora criado, em São José, na Grande Florianópolis. Os aterros nas encostas e a extração do molusco de forma intensa e desordenada, naquela região, produziram sua extinção. Assim, seu interesse por suas raízes culturais e sua história o levou a continuar trabalhando com o alimento, compondo novos pratos, até ser tema em seu trabalho final de curso na Universidade. Isso fez com que Ulisses conhecesse o *Slow* e, em acordo com a filosofia do movimento, se tornasse seu representante.

Diante disso, por um lado, ele coloca que a relação com o movimento não pode ser caracterizada como uma relação simples de trabalho, com viés mercadológico, como entre empregado e empregador. Por outro lado, Ulisses deixa claro, em sua fala, o quanto é difícil promover um alimento para que faça parte do *Slow*. Isso ocorre porque movimento também tem de ser convencido de que aquilo que está sendo entregue, o alimento, sua história, a forma como é cultivado, produzido, atende a todos os seus critérios.

O mesmo ocorre na relação com os produtores. Ulisses, sem estar certo de que aquilo o qual produzem atende aos critérios do movimento, não poderia atuar com legitimidade no convencimento de que o alimento seria mais bem promovido e alcançaria melhores resultados em termos de comercialização e produção, se fizessem parte do *Slow*.

Portanto, não se trata de uma relação simples com interesse apenas de expansão do mercado de consumo. É através de um convencimento mútuo, dialogando a partir de princípios sustentáveis, que se constrói a razão dessa união entre o movimento e os produtores. O cerne dessa união é demarcado pelo princípio de sustentabilidade.

Considerando o caso da Comunidade Costeira do Pirajubaé, a prática sustentável, diferente do conceito, não fica imune aos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos extrativistas. O empobrecimento dos moradores, a busca por uma renda complementar e a lentidão na tomada de decisões e de providências por parte do poder público foram e continuam sendo os principais obstáculos para o desenvolvimento sustentável da região.

Pelo menos, duas causas destacam-se, neste caso, sendo a primeira a isenção do Estado ou, mais propriamente, o descaso do poder público em relação aos moradores da Costeira, que aqui aparece da seguinte forma: primeiro a obra via expressa sul, depois seus efeitos. A segunda causa, a qual serve justamente para encobrir a isenção do Estado diante das intenções do mercado, que não deixa de ser orientado politicamente, é o tratamento das reivindicações dos extrativistas como algo impossível legalmente. Isto é, o Estado impõe que seus órgãos façam com que se cumpram as normas, regras e leis que garantam o cultivo, o extrativismo e a pesca sustentável, mas não obedece a essas mesmas leis ao implantar um

projeto de obras em região de mangue. O que se verifica é que a eficiência burocrática do Estado é real somente quando está ao seu favor.

Sendo assim, as reivindicações dos extrativistas se traduzem em uma luta social, configurada por ter um opositor, sendo aqui, no caso, o Estado. Para Alier (1998, p. 2181), “As lutas sociais são entendidas como lutas ecológicas”, sendo este “um elemento novo na história ecológica mais habitual”. Disso observa-se que o movimento dos extrativistas entra no que Alier (1998) chama de *ecologismo dos pobres*.<sup>64</sup> A sua luta é pela manutenção das atividades desenvolvidas tradicionalmente e que garantem - apenas - o sustento das famílias. Não dá para se pensar em uma economia popular sem considerar a economia ecológica. A sustentabilidade, nesse caso, obrigatoriamente, passa pelo bem-estar material da comunidade. Isso requer outro paradigma de governança como o que fora colocado por Dowbor (2012), que é “a criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer” (DOWBOR, 2012).

Com isso, projetos antiecológicos alimentados por ideais desenvolvimentistas, de cunho modernizador, como os que politicamente têm acompanhado todos os tipos de governo desde Juscelino<sup>65</sup>, teriam que sofrer uma revisão da sua real necessidade, uma vez que não se ajustam às soluções buscadas para a preservação dos recursos naturais.

As propostas ecológicas se aproximam ao que Alier (1998) coloca como conservação dos recursos naturais pelos pobres. Estes necessitam bem mais dos recursos naturais do que todas as outras classes, portanto, é importante reconhecer que o acesso a esses recursos tenha que ser baseado na sustentabilidade. Contudo, como ficou demonstrado pela experiência pautada aqui, dos extrativistas de Pirajubaé, as práticas sustentáveis sofrem um processo mais lento para serem incorporadas. Isso é percebido porque, em uma comunidade que depende exclusivamente dos seus próprios recursos naturais e tendo suas atividades canceladas para recuperação da área lesada, as necessidades básicas são mais urgentes. Sem auxílio do Estado, pouco pode-se exigir em termos de sustentabilidade.

Um ponto a ser destacado é a dimensão educativa que se acentua justamente nas discussões que permeiam a sustentabilidade. A luta da Comunidade de Pirajubaé não despertou o interesse da grande mídia e provavelmente não despertará tão cedo. Para que ocorra a disseminação de conhecimento e informação, faz-se necessária a ampla divulgação pelos meios audiovisuais, que só é possível, no caso do Brasil, pelas empresas de televisão e

---

<sup>64</sup>“São, portanto, movimentos ecologistas (qualquer que seja o idioma em que se expressem), porquanto seus objetivos consistem em obter as necessidades ecológicas para a vida: energia (incluindo as calorias da comida), água, espaço para abrigar-se” (ALIER, 1998, p. 281).

<sup>65</sup> Ver: BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

rádio abertas. São elas que dominam o mercado da informação e que, entre uma e outra objeção, detêm o interesse da grande parte da população.

Dowbor (2012) assinala, no documento da Rio+20, a importância das tecnologias de comunicação, bem como de outros processos de trocas de conhecimento que diminuiriam as discrepâncias de recursos entre uma classe e outra, entre uma comunidade e outra.

A economia verde ganha uma definição ampla, em 17 pontos, incluindo transferência de tecnologia, empoderamento das comunidades, promoção das populações indígenas, soluções diversificadas segundo os países e assim por diante.(art.58) “Reconhecemos o poder das tecnologias da comunicação, inclusive tecnologias da conectividade e aplicações inovadoras para promover o intercâmbio de conhecimento”, ponto chave na promoção do acesso universal ao conhecimento. (art. 65) O sistema das Nações Unidas deverá assegurar um papel de articulador de políticas. (art.66) Realça-se “o papel das cooperativas e das microempresas na contribuição para a inclusão social e redução da pobreza, em particular nos países em desenvolvimento” (art.70) Para o acesso ao conhecimento, vital para as mudanças, recomenda-se “promover, facilitar e financiar, de forma apropriada, o acesso e o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias ambientalmente corretas, bem como o know-how correspondente, em particular para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em termos de concessão e preferenciais” (art.73).

Desta forma, não apenas as empresas de comunicação, mas toda estrutura informativa, privada ou pública, partindo também dos governos, são essenciais para as ações de transformação do modo de pensar o processo político-econômico da sociedade atual.

O que os extrativistas e moradores de Pirajubaé enfrentam é semelhante ao que outras comunidades que sobrevivem de seus próprios recursos enfrentaram quando, principalmente, interesses mercadológicos, acompanhados e travestidos pela política do discurso progressista<sup>66</sup>, começaram a interferir.

O *Slow Food*, enquanto movimento, realça o quadro acima, mostrando o quanto a sociedade civil organizada é capaz de dinamizar a apropriação de elementos sustentáveis, como faz ao classificar alimentos na ordem do que é produzido respeitando a cadeia ecológica.

---

<sup>66</sup> Neste caso, podemos citar os progressistas: “o conteúdo da ideia de *progresso* é resumido na crença e na esperança de que a humanidade avançou no passado, partindo de uma situação inicial de primitivismo, e que continua e continuará fazendo o mesmo no futuro” (SACRISTÁN, 1999, p.150). De forma bem simplificada, a essa ideia estão filiados os progressistas e os liberais. Os primeiros creem “no valor do conhecimento, das ciências e da tradição como sustentadoras do progresso”, apesar de adotarem “uma atitude crítica — o que não significa negação — diante da herança cultural empregada na escolaridade, detectando e denunciando seus desvios de classe social” (SACRISTÁN, 1999, p.160). Já os liberais preconizaram as diferenças sociais e, assim, as diferenças nos “tipos de níveis de cultura reproduzíveis em grau e qualidade diferentes para as diversas classes sociais. [...] respeitam o pluralismo, a discussão da tradição e apreciam o valor do conhecimento para o progresso” (id., ibid.).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o objetivo desta pesquisa foi discutir a dimensão educativa implicada nas mudanças relacionadas com a produção-consumo de alimentos ecologicamente orientados em particular e com a constituição de um mercado ecológico de modo geral, torna-se necessário recapitular algumas questões envolvidas com a sustentabilidade e as críticas à economia liberal.

Para tanto, considerando as análises de Hauwermeiren (1998), observa-se que elas afirmam que o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma forma de regulação do mercado, isto é, que impõe limite à produção, superadora da capacidade e do tempo de regeneração dos bens naturais. Da mesma forma, esse desenvolvimento sustentável apresenta-se, também, como um elemento disciplinador para os países cujas economias não se ajustam à forma do mercado de consumo de produtos com o *slogan* ecológico.

Neste último caso, as formas sustentáveis do uso da natureza estariam sob a responsabilidade de terceiros que teriam a incumbência de oferecer serviços de caráter socioambiental seja à sociedade civil organizada, ou às empresas que adquiram as concessões para prestação de serviços. Por outro lado, pode-se argumentar que tal responsabilidade deve-se ao Estado, pois este teria maior competência em se tratando do espaço público. Contudo, esse Estado mostra-se pouco ágil e burocraticamente ineficiente no que tange às urgências que decorrem do mau uso dos bens naturais

No caso particular estudado aqui, a RESEX Costeira do Pirajubaé, o reconhecimento de uma responsabilidade social decorre do fato de que se o Estado se beneficia do recolhimento de impostos, mesmo sabendo-se que estes não são vinculados a nenhuma ação específica na comunidade, é natural que a sociedade espere que dele (Estado) provenham as soluções para o uso sustentável do meio ambiente, e nas áreas de maior carência.

Os conflitos ambientais, como tratados por Acsehrad (2004), geram disputas pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais. Voltando ao caso da Costeira do Pirajubaé, pôde-se observar que há um conflito de interesses entre extrativistas e governo. A luta dos extrativistas é para que novas obras não ocorram naquela região. Entendendo de outro modo, essa oposição entre governo e extrativistas acaba caracterizando-se como um jogo de interesses que, do lado do governo, há mais semelhanças com os mecanismos de coação dos meios privados.

Se concordarmos que a via da sociedade civil organizada pode contribuir com a dissolução de conflitos, não significa que, mais tarde, os recursos naturais não continuem

sendo alvo de grandes corporações e que, ao lado do Estado, tornem a acirrar a disputa por esses bens. No caso da presença do *Slow*, na Costeira de Pirajubaé, o governo, além de opositor, é coadjuvante perante esse movimento naquela comunidade. De um lado, com interesses específicos do governo e de outro com as exigências dos extrativistas, há uma lógica de mercado que esvazia o espaço público de discussão e de direito à informação, pois o que está colocado aqui é a garantia de subsistência a uma comunidade agredida em seus recursos.

Assim, deixar ao mercado a melhor forma de distribuição de direitos de propriedade ou de bem-estar econômico e social, conforme Freeman (2003), não significa que este seja o mais eficiente. Contudo, no caso da Reserva, basta ver todo o suporte dado pelas entidades oficiais e universidades àquela reserva e, mesmo assim, os conflitos persistem por serem de ordem política. Ou seja, as questões daquela localidade são de ordem social e dizem respeito ao bem-estar das pessoas da comunidade.

O caso do uso sustentável dos recursos naquela comunidade sugere que deve haver um amplo acordo entre governo e sociedade civil, passando pelos órgãos técnicos. Assim, o que se estabelece é a discussão sobre como fica a questão ambiental e, como efeito, quem deve deter a responsabilidade sobre o uso e a preservação dos recursos naturais. Se o governo articula meios para elaboração de projetos e execução de obras, com o objetivo de beneficiar toda sociedade, mesmo que estes processos venham a interferir na economia de um determinado local, isso acaba implicando sempre uma política compensatória àqueles que mais perdem com os danos causados ao meio ambiente e, na maioria das vezes, não obtêm soluções nem em médio prazo.

É difícil avaliar o bem-estar das pessoas afetadas e, ainda mais, em situações de alteração do ambiente. Aqui podemos retomar a discussão sobre os mecanismos para amenizar as insuficiências do mercado, principalmente, de serviços terceirizados que possam dar conta dos prejuízos ambientais.

As alternativas propostas pela economia liberal conduzem sempre a novos modos de apropriação do capital ao que se mostra como alternativo, mesmo que haja uma regulação estatal, isto é, através de taxas que seriam cobradas de acordo com a eficiência dos serviços de proteção ambiental prestados pelas empresas.

Esse pode ser considerado um mecanismo de apropriação das práticas de produção e consumo alternativo de alimentos ecologicamente orientados que, por si só, age de modo sustentável.

De qualquer forma, as insuficiências são muitas e não conseguem ser atendidas com base no que realmente está por traz de um projeto sustentável, que é o alcance da matéria sociopolítica à questão ambiental. Portanto, uma economia de mercado, baseada no consumo, não contempla todos os aspectos de um projeto sustentável, ao contrário dos movimentos pró-sustentabilidade. A maior diferença entre eles está na capacidade de aproveitamento total do produto a partir da conservação dos recursos, o que é inerente apenas às formas de consumo alternativos.

Como Hauwermeiren (1998) indicou, a sustentabilidade como pressuposto para regulação do mercado age mais como um conteúdo disciplinador servindo apenas para empurrar a produção de bens para que se ajuste ao *slogan* ecológico, sem necessariamente cumprir com o princípio de preservação dos bens naturais em toda a cadeia ecológica. Usado desta forma, acarreta em prejuízos sociais, uma vez que não dá conta das carências materiais, respeitadas as peculiaridades de cada região. De outro modo, no mercado de produtos ecológicos, a sustentabilidade, como uma construção discursiva, impõe a discussão sobre os princípios orientadores da produção e, conseqüentemente, do consumo. Desta forma, o debate sobre sustentabilidade é politizado por estar presente nas diversas e diferentes vozes que, conforme seus interesses, buscam criar um consenso.

O movimento *Slow Food*, sendo uma dessas vozes, representa uma alternativa ecológica em meio a conflitos de cunho ambiental. Nele encontram-se os princípios de uma economia ecológica e princípios educativos formadores de um novo consumidor, ou seja, um indivíduo preocupado com as questões ambientais. A relação desse movimento com a RESEX aprofunda ainda mais as questões ambientais que passam pelas práticas dos próprios atores sociais. Simultaneamente, os produtores, os intermediadores, os comerciantes e os consumidores são o elemento constitutivo do mercado de produtos ecológicos pelo trabalho que desenvolvem em torno de seus produtos, indicando um caminho mais sustentável no presente. Esse talvez seja o marco inicial da passagem de uma economia liberal para uma economia ecológica.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 296 p.
- \_\_\_\_\_. **Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana**. 26. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004.
- ALIER, Juan Martínez. **Curso sobre economia ecológica: período 2,3 de julho de 2001**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. 128 p.
- \_\_\_\_\_. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. 402 p.
- \_\_\_\_\_. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.
- BARBOSA, L. C. G. & LAGES, A. M. **Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió**. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.
- BRASIL. Poder Executivo. **Lei n. 10.831**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.831.htm>> Acessado em maio de 2008.
- BRASIL. Poder Executivo. **Decreto 6323**. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/decreto6323.htm>> Acessado em maio de 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 311 p.
- CAMARGO, A. M. M. P. de & CAMARGO FILHO, W. P. de C. **Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos**. Informações Econômicas, São Paulo, v.34, n.2, fevereiro, 2004.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**. 5º reimpr. 1º ed. de 2002, SP: São Paulo, Cultrix, 2005. 296 p.
- CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 107 p.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Slowfood e a educação do gosto: um movimento social sem pressa**. Prâksis (Novo Hamburgo), v.II, p.101 – 108, 2008.

CASTAÑEDA DE ARAÚJO, M. **Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ**. Dissertação de mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

DALY, Herman E. **Crescimento Sustentável? Não, obrigado**. *Ambiente & Sociedade*, v. VII, n. 2, jul/dez. 2004.

DAROLT, M. R. **As principais correntes do movimento orgânico no mundo**. Portal Planeta Orgânico. 28 de novembro de 2000. Disponível em [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br) - acessada em janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento rural e consumo de produtos orgânicos**. In: Araújo, J.B.S. & Fonseca, M.F.A.C. (Org.). *Agroecologia e agricultura orgânica: cenários, atores, limites e desafios*. Campinas, CONSEPA, 2005, v. 1, p. 11-34.

DAROLT, M. R. & CONSTANTY, H. **Estratégias de fortalecimento da relação entre produtores e consumidores agroecológicos**. Mimeo. 2007.

DÓRIA, C. A. **A economia política do terroir: o estado e a "magia" do produto**. Seminário "Pensando o consumo hoje: novas abordagens". São Paulo, ESPM/CAEPM, 2007. Disponível em: <[http://www.espm.br/NR/rdonlyres/ABB6DBBB-0C2C-4C418D04AF6BF093AB71/7751/AECONOMIAPOLITICADOTERROIR\\_revisto.pdf](http://www.espm.br/NR/rdonlyres/ABB6DBBB-0C2C-4C418D04AF6BF093AB71/7751/AECONOMIAPOLITICADOTERROIR_revisto.pdf)> Acessado em janeiro de 2008.

DOWBOR, Ladislau. **Entender a Rio+20: balanços e compromissos**. Disponível em: <<http://dowbor.org>> Acessado em março de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias>> Acessado em 19 de julho de 2009.

FONSECA, M. F. A. C. **O estudo de mercado de alimentos orgânicos (frutas, legumes e verduras) in natura no Estado do Rio de Janeiro: o caso da ABIO**. Dissertação Mestrado. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 1999.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório final do projeto CNPq sobre harmonização das normas na agricultura orgânica**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2003. Projeto CNPq n.052874/01-3 concluído apud FONSECA, 2005.

FREEMAN III, A. Myrick. **Economia**. In: JAMIESON, Dale (org.). *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo, Unesp, 1991.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GUIVANT, J. **Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos.** In: Herculano, S. et ali. (orgs). *Qualidade de vida e riscos ambientais.* Niterói: EDUFF, 2000, pp. 281-303.

GUIVANT, J. et ali. **Os supermercados e o consumo de FLV orgânico certificado.** Niterói: PESAGRO-RIO, 2003.

HAUWERMEIREN, Saar Van. **Manual de economia ecológica.** Santiago: Rosa Moreno, 1998. 265 p.

HOLLAND, A. **Sustentabilidade.** In: JAMIESON, Dale (org.). *Manual de Filosofia do Ambiente.* Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

KITZMANN, Dione & ASMUS, Milton. *Ambientalização Sistêmica – do currículo ao socioambiente.* *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, PP. 269-290, Jan/Abr 2012.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 494 p.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo: uma perspectiva antropológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 62 p.

MENASCHE, Renata. **Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?** In: II Encontro da ANPPAS, 2004, Indaiatuba.

MILLER, D. **Teoria das compras - o que orienta as escolhas dos consumidores.** São Paulo, Nobel, 2001.

MORO, E. J. & GUIVANT, J. S. **Perfil dos consumidores de alimentos orgânicos nos supermercados: estudo de caso em Florianópolis - SC.** Paper apresentado no III ENAC. Rio de Janeiro: UFF/ESPM/UFRJ, 2006.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo e CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. **A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2011, vol.16, n.1, pp. 99-106. ISSN 1413-8123.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos.** In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F. & VELOSO, L. *Consumo: Cosmologias e Sociabilidades.* Rio de Janeiro: MAUADX; Seropédica: EDUR, 2009.

RUCINSKI, J. & BRANDENBURG, A. **Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba.** Paper apresentado no GT Agricultura, Consumo Alimentar e Meio Ambiente do 1º Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, 6 a 9/11/2002.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Modelos Diferenciados de Escola.** Florianópolis: IOESC, 2006.

**SLOW FOOD BRASIL.** Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com>>. Acesso em: 19 de julho de 2009

\_\_\_\_\_ Disponível em: <<http://terramadre.slowfoodbrasil.com>> Acessado em 19 de julho de 2009

VIAN, C. E. F.; MACHADO, L.; CHIARANDA, M. & CARVALHO, T. H. **O Processo de Formação dos Campos Organizacionais na Produção de Alimentos Orgânicos:** Conflitos Atuais e Perspectivas Futuras. Cadernos do CEAM, v. 25, p. 0931, 2006.

VOGT, Carlos. **Rio de 10 em 10.** Revista eletrônica de jornalismo científico COM ciência. SBPC/Labjor. <<http://www.comciencia.br/comciencia/>>.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda.** Relatório Final de Pesquisa. Série Antropologia - 20. Brasília, UnB, 1978. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>> Acessado em janeiro/2008.